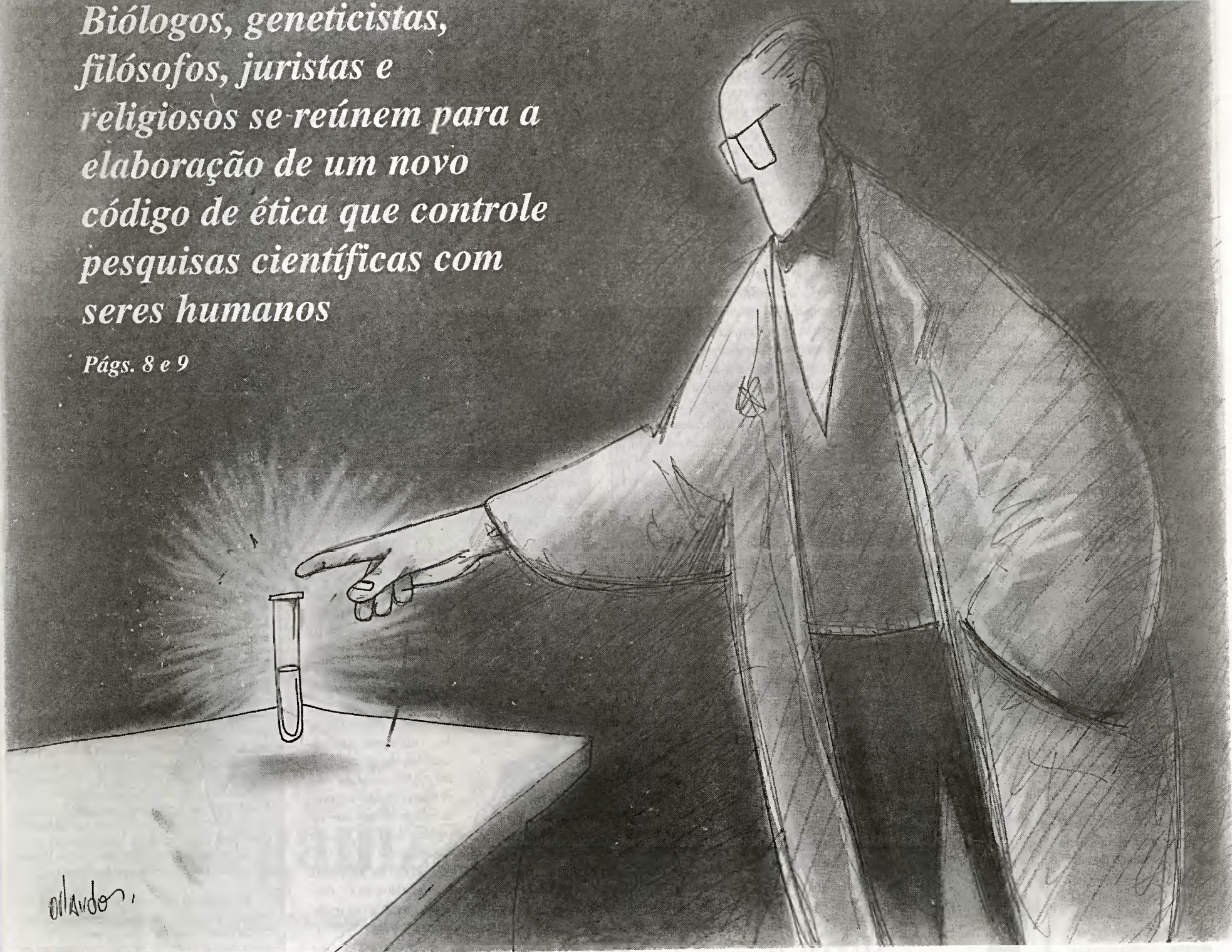




Biólogos, geneticistas, filósofos, juristas e religiosos se reúnem para a elaboração de um novo código de ética que controle pesquisas científicas com seres humanos

Págs. 8 e 9



Olivando

Quando a ciência fere a ética

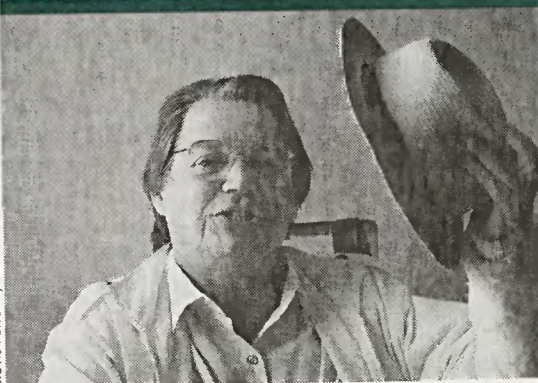
LDO volta a ameaçar autonomia das universidades públicas

PÁG. 4



Mônica Richter

Clovis Ferreira/AE



Universidade lança CD 20 Anos: UNESP, com composições de Tom Jobim

PÁG. 14

Conheça os candidatos ao cargo de reitor da UNESP. PÁG. 3

Os sem-terra e a violência institucional

MARILDA DA SILVA E MARIANA BROENS STANGE

Diferentes tipos de violência têm recebido das autoridades um tratamento também diferente: se o princípio parece correto, podemos perceber, no entanto, que o tratamento diverge não em função da natureza da violência a que se dirige, mas em função da camada social que atinge. Pelo menos certos tipos de violência não parecem mais surpreender a sociedade brasileira ou, se o fazem, a surpresa decorre antes do número de suas vítimas do que da própria natureza da violência ocorrida. Hoje, surpreende-nos uma chacina de 19 sem-terra. Se outras chacinas acontecerem com um número inferior ou igual de vítimas, corremos o risco de que diminua a repercussão pública do fato, até ser surpreendente apenas uma chacina com mais de 100 pessoas assassinadas. E, depois, ser surpreendente e causa de indignação pública apenas um massacre com mais de 200 vítimas. Talvez sabedores disso, os promotores da violência passem a agir com conta-gotas, dizendo os sem-terra em prestações, certos da impunidade fruto da convivência, desinteresse ou cumplicidade dos responsáveis pela segurança pública. Embora o problema da segurança pública seja uma das principais preocupações sociais, como mostram inúmeras pesquisas de opinião, pois todas as camadas são de algum modo vítimas da violência, há diferentes tipos de violência que alcançam diferentes camadas sociais e que são, de fato, tratados também diferentemente pelas autoridades.

Por que as autoridades judiciárias e policiais foram excepcionalmente competentes na prisão de Diolinda da Silva no último 25 de janeiro, sob a acusação de formação de quadrilha? Por que essas mesmas autoridades não decretaram a prisão preventiva dos fazendeiros suspeitos de pagamento de propinas aos policiais militares que executaram pelo menos 19 pessoas? Por que esses mesmos fazendeiros não foram também acusados de formação de quadrilha e presos sob tal acusação? Por que essas mesmas autoridades não são igualmente competentes para apurar por que há roupas de criança manchadas de sangue junto às roupas dos sem-terra assassinados na última chacina do Pará? Afinal, onde estão as identificações dos policiais militares que participaram da chacina e o registro das armas que cada um deles utilizou?

Estas são apenas algumas das pergun-

tas que poderiam ser feitas sobre os assassinatos ocorridos na Fazenda Macaxeira. As respostas a essas perguntas, no entanto, a despeito das renovadas promessas de apuração rigorosa, continuam evasivas quando não afirmam que a responsabilidade última é dos próprios sem-terra, ao forçarem as invasões e não esperarem pacientemente as políticas públicas de assentamento.

A passagem do tempo aparece, pois, como principal inimiga dos sem-terra: é o tempo que têm que esperar para que a reforma agrária ocorra, é o tempo, ainda, que passa lentamente nas ações judiciais relativas à desapropriação de terras e é o tempo, finalmente, que faz serem esquecidos pela sociedade civil os assassinatos, as prisões arbitrárias das lideranças do movimento, as perseguições e a indiferença, quando não cumplicidade, das autoridades. A indignação social é efêmera, anda de susto em susto, dura apenas até a próxima novidade, seja uma nova chacina, seja a vitória num campeonato esportivo qualquer.

A propósito, quem ainda demonstra indignação pelo massacre do Carandiru? E agora, onde está a indignação pública contra a sentença judicial que inocentou o comandante daquela chacina? Onde está a indignação contra a discriminação do testemunho dos meninos de rua na apuração da chacina da Candelária, considerado pouco confiável pelas autoridades? Onde está a indignação contra a impunidade dos jagunços e matadores contratados por latifundiários?

De um lado, devemos considerar que o número de tragédias que têm, sucessiva e regularmente, atingido os "sem-tudo" acaba efetivamente banalizando a exclusão, tornando-a rotineira e um traço de brasilidade. De outro, a indiferença das camadas favorecidas não parece ser apenas o resultado dessa banalização. Ao contrário, a indiferença parece ser, no limite, conivente, até por omissão, com a implementação de todo um conjunto de políticas públicas cujo propósito é a permanência do modelo institucional que tem a exclusão como um de seus fundamentos. Não parece possível, afinal, que as tragédias nacionais em termos de distribuição de renda e de terras, de políticas habitacionais e de emprego, de saúde e educação públicas sejam fruto do acaso ou da incompetência dos gestores dos projetos governamentais nesses setores. Parece-nos mais provável que se trate de um projeto para o País que vem sendo implementado desde meados dos anos sessenta pelas mesmas forças que, até hoje, governam o País aberta ou veladamente.

Para combater com eficácia os diferentes tipos de violência, urge que sejam realizadas reformas institucionais estratégicas, por exemplo, a implementação efetiva da reforma agrária para que a terra cumpra sua função social, reforma que poderia ser o primeiro passo para a instalação de uma política de emprego; a desativação do aparato judicial corporativista, que beneficia as forças responsáveis pela segurança pública; a imple-

mentação de um programa de renda mínima; o saneamento das instituições responsáveis pela saúde pública e a implantação de projetos de medicina preventiva; a implantação de um projeto de educação pública que implique investimentos realmente significativos na formação do professor e na sua remuneração, enfrentando efetivamente os problemas da escola brasileira.

Às vezes, as próprias circunstâncias impõem que se diga o óbvio: nenhuma mudança significativa do quadro hoje existente poderá ser realizada sem que sejam substituídas as políticas responsáveis por seu delineamento.

Marilda da Silva é professora do Departamento de Didática da Faculdade de Ciências e Letras do câmpus de Araraquara.

Mariana Broens Stange é professora do Departamento de Ciências da Educação da FCL.



NOTA DE REPÚDIO

Face o recente chocino de trabalhadores sem-terra, ocorrido em Eldorado do Carajás-PA, o Conselho Universitário da UNESP, em sua reunião ordinária de 26/04/96, vem a público manifestar seu profundo indignação. O uso sistemático de violência brutal contra minorias indefesas e o desrespeito à vida humana têm-se constituído em práticas encobertas que merecem o veemente repúdio de todo o sociedade civil.

Estão oindo presentes em nossa memória os horrores dos episódios do Carandiru, do Condelório, de Vigório Geral, de Corumbora e, agora, de Eldorado do Carajás. A certeza de impunidade tem movido esses grupos, cujo dever era o de garantir o proteção dos cidadãos.

Se persistir essa situação, o aumento de o nível, a ponto de omeaçar o próprio democracia. Os deploráveis acontecimentos de Eldorado do Carajás dizem respeito a todos os brasileiros!

Este colegiado reivindico dos autoridades o imediato cumprimento do lei; que se opurem os responsáveis e sejam punidos os que comandam o chocino, os que cumpriram ordens e os que, por obrigação legal, deviam evitá-lo.

CARTAS

SEM-TERRA

Na edição de abril, nº 102, o Jornal da UNESP publicou ampla reportagem sobre a questão fundiária, enfatizando a atuação da Universidade em áreas como a agronomia, veterinária e geografia. O texto não faz qualquer referência ao aspecto jurídico do problema, assunto desenvolvido em nosso câmpus, nas aulas de Direito Agrário. Ministrado desde a fundação da Faculdade de História, Direito e Serviço Social, o curso não se limita a ensinar os aspectos legais, mas vai além, ao despertar no aluno o senso crítico, a consciência para questões da terra e os direitos e deveres advindos do meio rural. Pensamos que, na condição de jornalistas, os repórteres deste jornal deveriam investigar e pesquisar os temas tratados na Universidade como um todo. Lamentamos que nosso trabalho tenha sido ignorado.

Elisabete Maniglia, professora de Direito Agrário da FHDSS, câmpus de Franca.

Em nenhum momento o Jornal da UNESP pretendeu esgotar o assunto, de resto largamente pesquisado na Universidade. Ainda que fosse esta a intenção, a característica multicâmpus da UNESP e a modesta estrutura da nossa redação impossibilitaria levarmos a bom termo a empreitada. Da mesma forma que a FHDSS, outras unidades com participação ativa na questão fundiária não puderam ser citadas na reportagem. Ainda assim, acreditamos ter tecido um painel bastante abrangente da atuação da UNESP junto aos trabalhadores sem-terra.

Parabéns pela reportagem *Os despossuídos da terra*. Esse tipo de trabalho valoriza a Universidade e os agentes que lutam para transformar a realidade.

Bernardo Mançano Fernandes, professor do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia do câmpus de Presidente Prudente.

unesp

Reitor: Arthur Roquete de Macedo
Vice-reitor: Antonio Manoel dos Santos Silva
Pró-reitor de Administração: José Carlos Souza Trindade
Pró-reitor de Graduação: Maria Aparecida Viggiani Bicudo
Pró-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa: José Ribeiro Júnior
Pró-reitor de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários: Wagner José Oliva
Secretário Geral: Darvin Beig
Diretores das Unidades Universitárias: João César Bedran de Castro (FO-Araçatuba),

Francisco Miguel Belda Neto (FCF-Araçatuba), Wellington Dinelli (FO-Araçatuba), Telmo Correia Arrais (FCL-Araçatuba), Cristo Bladimiro Melios (IQ-Araçatuba), Antônio Quelce Salgado (FCL-Assis), Ivan Aparecido Manoel (FAAC-Bauru), Jehud Bortolozzi (FC-Bauru), Ivan de Domenico Valarelli (FET-Bauru), Ricardo Antônio de Arruda Veiga (FCA-Botucatu), Luiz Antônio Vane (FM-Botucatu), Luís Antônio Toledo (IB-Botucatu), Frederico Ozanam Papa (FMVZ-Botucatu), Neide Aparecida de Souza Leheld (FHDSS-Franca), Fernando Augusto Silva Marins (FE-Guaratinguetá), Laurence Duarte Colvara (FE-Ilha Solteira), Júlio César Durigan (FCAV-Jaboticabal), Cândido Giraldez Vieitez (FFC-Marília), Alvanir de Figueiredo (FCT-Presidente

Prudente), Osvaldo Aulino da Silva (IB-Rio Claro), Marcos Aurélio F. de Oliveira (IGCE-Rio Claro), Wilson Mauricio Tadini (Ibilce-São José do Rio Preto), José Eduardo Junho de Araújo (FO-São José dos Campos) e John Edward Boudler (IA-São Paulo).

JORNAL DA UNESP

Editor chefe: José Roberto Ferreira
Editor: Paulo Velloso
Redação: Celso Góes, Tânia Belickas e Waltair Martão
Editor de Arte: Celso Pupo
Edit. Eletrônica: Paulo Nunes Rocha
Fotografia: Monica Richter
Colaboraram nesta edição: Irineu Franco Perpetuo, Mariana Broens Stange, Marilda da

Silva, Oscar D'Ambrósio, Raul Fiker e Sílvia Negreiros (texto); Noélia Ipê (fotografia); Negreiros, Orlando, Osvaldo e Paulo Zilberman (ilustração)
Produção: Mara R. Marcato e Patrícia do Carmo
Revisão: Maria Luiza Simões
Pesquisa: Dedoc/Abril
Tiragem: 25.000 exemplares

Este jornal, órgão da Reitoria da UNESP, é elaborado mensalmente pela Assessoria de Comunicação e Imprensa.

A reprodução de artigos, reportagens ou notícias é permitida, desde que citada a fonte.
Endereço: Alameda Santos, 647, 13º andar, CEP 01419-001, São Paulo, SP. Telefone (011) 252-0323 e 252-0327. Fax (011) 252-0207.
Fotolito e Impressão: IMESP

Os candidatos se apresentam

O vice-reitor Antonio Manoel dos Santos Silva e o pró-reitor de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários Vagner José Oliva já se apresentaram para a sucessão do cargo de reitor da UNESP

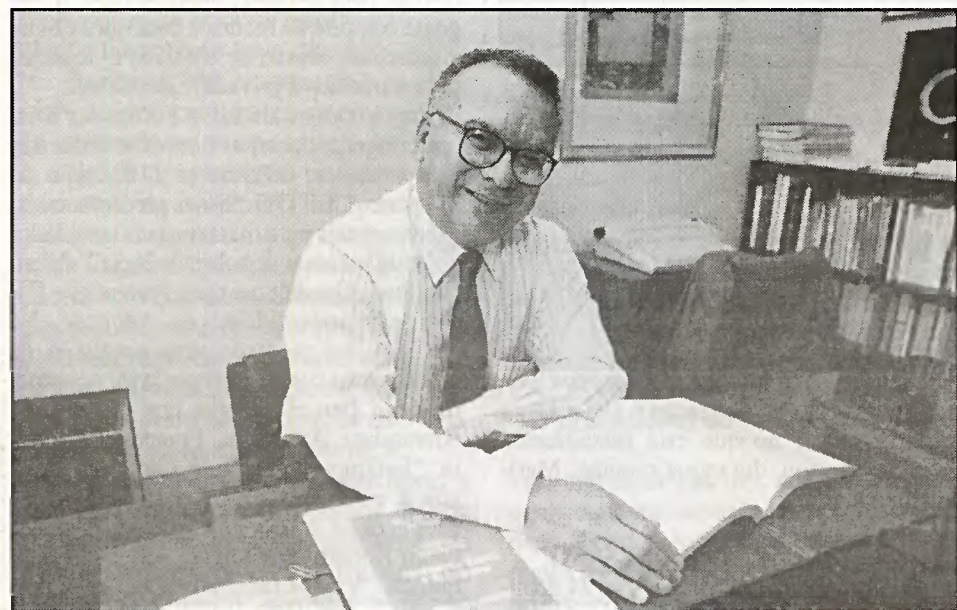
Ainda que em fase de aquecimento, os motores da sucessão para o cargo de reitor da UNESP estão acionados. Até o final deste ano deverá ser eleito o 6º dirigente da Universidade, cujo mandato terá início em 16 de janeiro de 1997. Até o momento, foram lançadas, informalmente, as candidaturas dos professores Antonio Manoel dos Santos Silva, atual vice-reitor, e Vagner José Oliva, pró-reitor de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários. As regras e o calendário eleitoral que norteiam o processo de escolha do novo dirigente e do vice-reitor deverão ser definidos nos próximos meses pelo Conselho Universitário (CO) e pelo Colégio Eleitoral — formado por membros do CO, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária e Conselho de Administração e Desenvolvimento.

Segundo os preceitos vigentes no Estatuto, são elegíveis para reitor ou vice-reitor todos os 232 professores

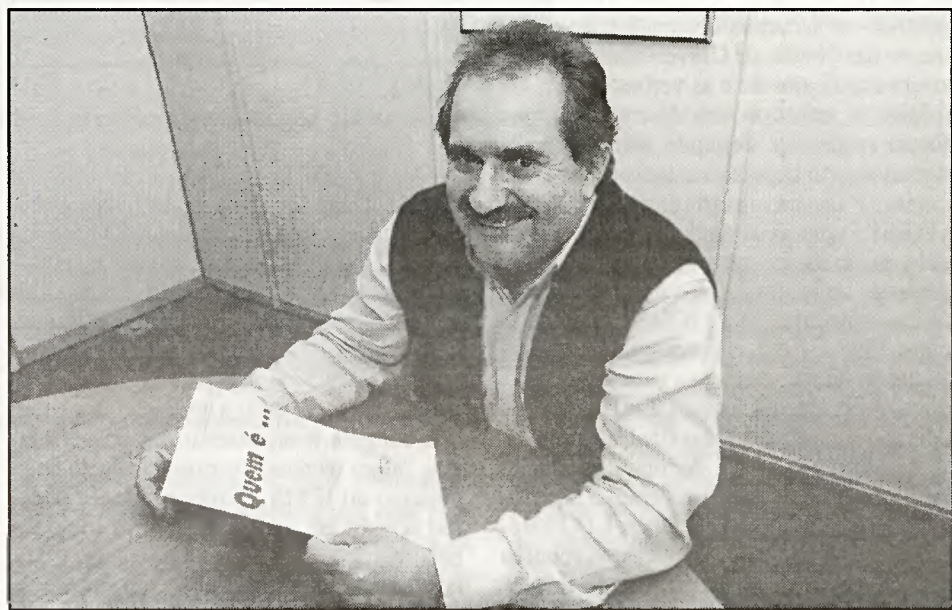
titulares da Universidade. Cabe a cada uma das 24 congregações, compostas por diretor, vice-diretor, chefes de departamento, supervisores das unidades auxiliares, representantes de cada categoria docente, dos servidores técnico-administrativos e alunos e dos coordenadores dos cursos de graduação e pós-graduação, elaborar duas listas, constando em cada uma delas três nomes de professores, que irão disputar as vagas de reitor e vice-reitor, e enviá-las ao Colégio Eleitoral. Este, por sua vez, deverá decidir a forma pela qual será feita a escolha para reitor e vice-reitor, entre os 144 nomes possíveis. Depois do pleito, o Colégio Eleitoral elaborará uma lista com os três nomes mais votados para cada cargo e a encaminhará ao governador do Estado, que fará a nomeação. Cada uma das congregações tem liberdade para decidir a forma pela qual vai realizar a escolha dos docentes: por consulta à comunidade ou por

votação interna pelos membros do colegiado. Essa etapa do processo deverá ocorrer, provavelmente, em agosto.

Os professores Oliva e Santos Silva, ou outro candidato que eventualmente se apresente, só poderão disputar oficialmente as eleições caso seus nomes apareçam nas listas tripliques das congregações. Para isso, estão se empenhando para tornarem suas propostas conhecidas pela comunidade unespiana. Apoiados por simpatizantes — alunos, docentes e funcionários —, os candidatos se mobilizam para a discussão e elaboração de diretrizes que vão servir de base para o plano de gestão. A partir deste número, o *Jornal da UNESP* acompanhará, passo a passo, o processo eleitoral que vai escolher o substituto do atual reitor, professor Arthur Roquete de Macedo. Abaixo, os dois candidatos apresentam seus currículos e contam como estão organizadas suas campanhas.



DESCENTRALIZAÇÃO
Santos Silva: Câmara Setorial com as entidades



NOVIDADE
Vagner Oliva: sistema "ombudsman" para cumprir metas estabelecidas

A organização das campanhas

Candidatos estão se mobilizando para elaborar propostas de gestão

A partir de junho, Antonio Manoel dos Santos Silva pretende intensificar sua campanha, visitando os câmpus e explicando sua proposta de gestão. Nos primeiros meses do ano, Santos Silva, que preside a Comissão Permanente de Avaliação, esteve empenhado no término do processo de avaliação acadêmica da UNESP. Até o final da gestão do professor Arthur Roquete de Macedo, ele deverá entregar um diagnóstico qualitativo e quantitativo dos 207 departamentos avaliados. "Esse relatório poderá ser usado em campanha por qualquer candidato", diz. Santos Silva organizou encontros nos câmpus de Rio Claro, Botucatu e São Paulo, para colher sugestões de alunos,

funcionários e docentes com o objetivo de estabelecer estratégias para montar as propostas do plano de gestão. Como resultado das discussões, foram organizados grupos de trabalho, definidos coordenadores para catorze grandes temas e criados comitês, em cada unidade, para divulgar os trabalhos desenvolvidos pelas equipes. Eleito, Santos Silva pensa em criar uma Câmara Setorial com as entidades sindicais e funcionários da Reitoria, para reuniões periódicas de trabalho e reflexão. "Mas, antes de qualquer iniciativa, é preciso promover a descentralização e a reestruturação administrativa da UNESP, que permitam o cumprimento das atividades-fins previstas no Estatuto."

Entre fevereiro e maio últimos, o professor Vagner Oliva percorreu diversos câmpus para avaliar o desenvolvimento da Extensão na Universidade e discutir a sucessão. "As informações que estamos colhendo servirão para a elaboração do plano de gestão", explica. O candidato está sendo assessorado por uma comissão constituída por alunos, docentes e servidores técnico-administrativos, que terão como função estratégica dar diretrizes para a tomada de decisões. A campanha está organizada em dois comandos. Há uma coordenação geral, que estimulará a criação de comitês pelas unidades universitárias, dando apoio logístico, e uma coordenação dos grupos setoriais, formada pe-

los três segmentos, que vai consolidar as propostas divididas por áreas temáticas. Segundo o professor Oliva, o ensino, a pesquisa, a extensão universitária, os assuntos comunitários, a administração e a infra-estrutura são os assuntos que servirão de base para o plano de gestão e que deverão ser desmembrados em questões específicas pelos grupos setoriais. Entre os subtemas sugeridos, está a valorização dos recursos humanos na UNESP. O professor Oliva destaca, como novidade, a proposta de os comitês locais continuarem organizados após as eleições. "Formariam um sistema 'ombudsman', que ajudaria o reitor a cumprir as metas discutidas antes das eleições", diz.

Currículo

Antonio Manoel dos Santos Silva, 54 anos, é professor-titular do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (Iblice) do câmpus de São José do Rio Preto. Possui títulos de mestre, doutor, livre-docente e adjunto. Vice-reitor da UNESP, preside a Comissão Permanente de Avaliação, é diretor regional da Associação Universitária Ibero-Americana para o Brasil, Cone Sul e Portugal e integra o Conselho Superior da Fapesp e o Conselho Editorial da Editora UNESP. Preside o Conselho de Ensino,

Pesquisa e Extensão Universitária (CEPE) e participa, como titular, do Conselho Universitário. Entre os cargos que exerceu na Universidade, destacam-se o de chefe de departamento coordenador de cursos de pós-graduação no Iblice (1982 a 1989), presidente da Câmara Central de Pós-Graduação e Pesquisa (1985 a 1989) e pró-reitor da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (1989 a 1993). É formado em Letras pela Universidade Federal do Paraná, com especialização em Letras Vernáculas.

Currículo

Vagner José Oliva, 49 anos, é professor-titular da Faculdade de Engenharia (FE) do câmpus de Guaratinguetá. Possui títulos de mestre, doutor, livre-docente e adjunto. Entre os cargos que exerceu na Universidade, estão o de chefe e subchefe de departamento, coordenador de curso de pós-graduação, vice-diretor da FE, membro relator da Comissão Permanente de Regime de Trabalho (CPRT) e presidente da Comissão de Equipamentos da UNESP. Foi membro fundador do diretório acadêmico e da Adunesp locais

e presidente da Associação dos Servidores do câmpus de Guaratinguetá. É pró-reitor de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários, presidente da Comissão Central de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários, vice-presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), integrante do Conselho Universitário e membro do Conselho Deliberativo do CEETPS. É formado em Engenharia Mecânica pela FE, com especialização em Mecânica dos Fluidos e Máquinas de Fluxo.

Autonomia por um fio

Proposta governamental resulta em pior repasse dos últimos oito anos

A autonomia de gestão financeira das universidades públicas paulistas volta a ser ameaçada. No último dia 30 de abril, o governo enviou à Assembleia Legislativa a proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 1997. O projeto restringe o percentual global de 9,57% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) destinado à UNESP, USP e Unicamp ao valor real arrecadado em 1995; se houver crescimento da arrecadação, os 9,57% incidirão apenas sobre 25% desse aumento. O projeto do Executivo é idêntico ao texto da LDO aprovado no ano passado. Calcula-se que, em decorrência dessa limitação, até o final do ano a UNESP perderá R\$ 22 milhões de receita orçamentária. Com base nesta perspectiva, os recursos destinados ao pagamento das dívidas da Universidade se reduziram drasticamente e as verbas para construções e reformas em diversos câmpus foram suspensas. Segundo cálculos apresentados pelo deputado estadual José Baccharin (PT), ex-aluno e professor da UNESP, com o congelamento proposto pelo governo as universidades estaduais paulistas terão, em 1997, o pior repasse dos últimos oito anos. "Se o ICMS crescer 15% entre 1995 e 1997, o percentual destinado às universidades despenca para 8,6%", explica. A lei e todas as suas 2.005 emendas deverão ser votadas até o final de junho.

No último dia 22 de maio, cerca de trezentas pessoas compareceram à Assembleia Legislativa para discutir a LDO referente às universidades públicas. A reunião foi convocada pelas Comissões de Educação e de Cultura, Ciência e Tecnologia, presididas pelos deputados César Callegari (PMDB) e Sidney Beraldo (PSDB). Estiveram presentes no encontro os reitores da UNESP, USP e Unicamp, quinze deputa-



LDO
Assembleia Legislativa: mobilização dos reitores e da comunidade universitária

dos do PT, PC do B, PFL, PPB, PSDB e PMDB, além de entidades sindicais e alunos das três estaduais paulistas. O reitor da UNESP, professor Arthur Roquete de Macedo, como presidente do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp), defendeu, na ocasião, a manutenção dos 9,57% integrais do imposto às instituições, ou seja, a extinção do artigo que congela o orçamento das universidades. "Com os recursos originários do crescimento do ICMS, as universidades poderão investir em setores que foram atingidos pela restrição", explicou. Utilizando gráficos, Macedo demonstrou o crescimento da UNESP a partir de 1988, com a autonomia de gestão financeira. "Desde então, o número de vagas no vestibular e a qualificação do corpo docente aumentaram, comprovando nossa competência em adminis-

trar os recursos públicos", destacou.

Deputados do PT, que apresentaram emendas aumentando o percentual do ICMS destinado às universidades para 10% e 11%, além de 2% para o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, mostraram-se indignados com o projeto do Executivo. "Não há transparência nos gastos do governo, a sonegação é alta e agora querem mexer no que está funcionando bem", protestou, durante a reunião, Mariângela Duarte.

"MOBILIZAÇÃO E PRESSÃO"

A Assembleia Legislativa tem 94 deputados. As lideranças das bancadas do PMDB, PT, PC do B e PPB, que somam 41 parlamentares, comprometeram-se a votar em favor das universidades. Segundo reza o regimento interno, são necessários 48

votos para um projeto ser aprovado. "Agora, vai depender da mobilização e da pressão da comunidade universitária sobre os deputados", frisou Paulo Teixeira (PT). "Nosso apoio é unânime às estaduais paulistas", garantiu o deputado Erasmo Dias, líder da bancada do PPB. Dias apresentou duas emendas propondo elevação do ICMS para 11% às universidades e solicitando a extinção do artigo que congela o orçamento. César Callegari disse que seu partido é contra a limitação da autonomia financeira. "O governo quer se desobrigar de suas responsabilidades nas áreas de ensino, cultura, ciência e tecnologia no Estado, e isso é um absurdo", ponderou. Entre as emendas apresentadas, a do deputado Afanásio Jazadji (PFL) é a que propõe o maior percentual para as universidades: 12%. "É urgente o aporte de recursos para que se evite a crescente evasão de técnicos e docentes para a iniciativa privada", justificou.

Junto com os alunos, o Fórum das Seis, que congrega docentes e servidores das três universidades, defende os 11%, além de 2% para o CEETPS. "Esses percentuais são fundamentais para manter as universidades no atual patamar de sobrevivência", defendeu Sueli Guadalupe, representante do Fórum e vice-presidente da Adunesp. Na UNESP, foi montada uma comissão de mobilização contra a proposta do governo, formada por estudantes dos câmpus de Araraquara, Araçatuba, Franca e São Paulo. "Estamos produzindo cartazes, adesivos e camisetas alusivos às reivindicações", disse o segundalista em História, Paulo Roberto Domingues, do câmpus de Franca. "Vamos fazer uma campanha unificada com a USP e Unicamp e exercer pressão sobre os deputados na Assembleia", prometeu. Em meados de junho, deverá ocorrer nova reunião e ato público na Assembleia para discutir a LDO.

DATA-BASE

Reajuste gera descontentamento

Universidades comprometerão 85% do orçamento com folha de pagamento

Em junho, funcionários e docentes das universidades estaduais paulistas receberão 7,63% de reajuste salarial, referente à data-base da categoria. O percentual foi divulgado no último dia 24 de maio, após reunião do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) com representantes do Fórum das Seis, que congrega docentes e servidores técnico-administrativos da UNESP, USP e Unicamp. O encontro, realizado na Secretaria de Ciência e Tecnologia, acabou reunindo cerca de cem manifestantes das três universidades, que reivindicavam 56% de reajuste, correspondente à inflação dos últimos doze meses calculada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos (Dieese), e ao percentual de 18%, decorrente de parte das perdas salariais, tendo como referência os salários de janeiro de 1989.

Ao final da reunião, a professora Sueli Guadalupe de Lima Mendonça, coordenadora do Fórum das Seis e vice-presidente da Associação dos Docentes da UNESP (Adunesp), mostrou-se indignada com a resposta do Cruesp à pauta unificada de reivindicações encaminhada pelas entida-



REUNIÃO
O Cruesp com o Fórum das Seis: limite das possibilidades orçamentárias

des sindicais. "A proposta é indigna", afirmou ela. "O pessoal vai optar pela greve". No último dia 27 de maio, foram realizadas assembleias em todos os câmpus da UNESP, para decidir se funcionários e docentes devem paralisar suas atividades. Até

a data do fechamento desta edição, 28 de maio, servidores e docentes dos câmpus de Assis, Ilha Solteira e Presidente Prudente tinham aderido à greve por tempo indeterminado. Nos câmpus de Araçatuba e Marília havia paralisação somente dos funcio-

nários. Já no câmpus de Botucatu, os servidores aderiram parcialmente à greve e no câmpus de Franca, só os docentes pararam. Nas outras unidades, seriam feitas novas assembleias no decorrer da semana.

O reitor Arthur Roquete de Macedo, presidente do Cruesp, afirmou que os 7,63% oferecidos aos funcionários e docentes das universidades estaduais paulistas é o índice possível de ser dado neste momento. "Este é o limite das possibilidades orçamentárias", frisou. "Na média, as três universidades ficarão com 85% do seu orçamento comprometido com a folha de pagamento". Durante as negociações, o ficou decidida a criação de uma comissão de isonomia e orçamento, formada por membros das equipes econômicas das três universidades e por representantes do Fórum das Seis, para acompanhar o crescimento do ICMS e discutir outros temas da pauta que não foram acordados. Entre eles, estão a melhoria das condições de trabalho, saúde e seguridade e a transparência orçamentária e administrativa. Para o dia 10 de julho, foi agendada uma reunião com os integrantes da comissão para analisar o crescimento do ICMS e da inflação e discutir uma proposta de reajuste salarial.



Exame privilegia espírito crítico

Vestibular 97 da UNESP oferece maior número de vagas e amplia questões de conhecimentos gerais. Carlos Felício Vanni, diretor-presidente da Vunesp, explica os motivos destas e de outras mudanças

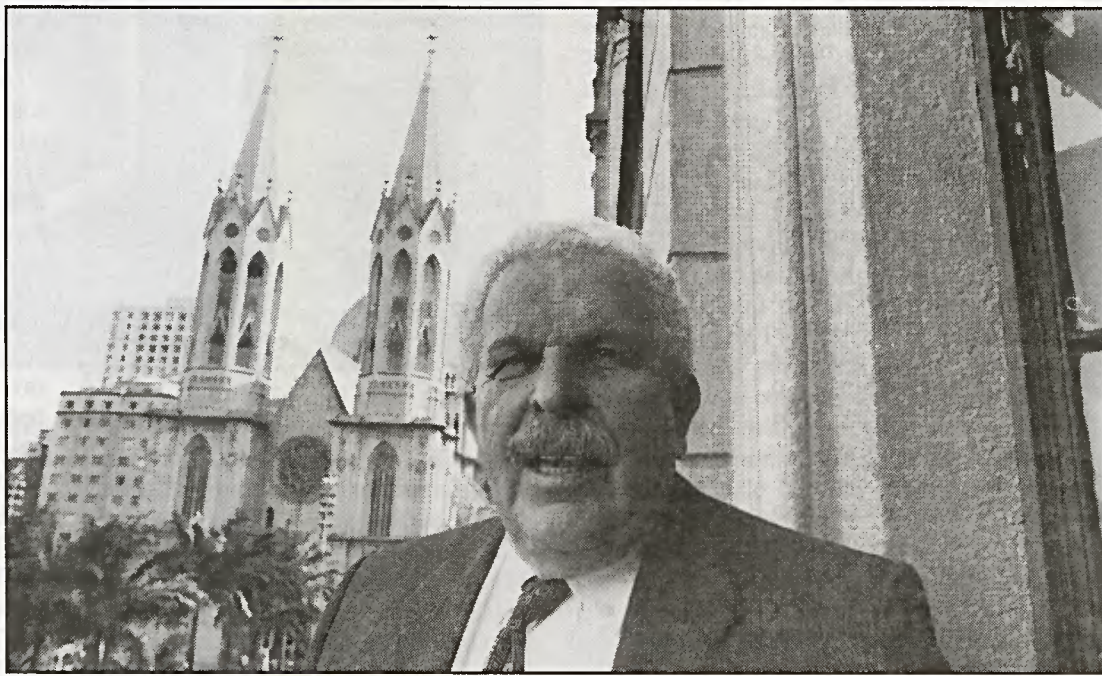
Dando continuidade ao aperfeiçoamento do processo de seleção dos candidatos, o Vestibular/97 da UNESP apresentará algumas modificações. Houve alteração no número de questões das provas de conhecimentos gerais e específicos e na escolha de opções dentro da área selecionada pelo candidato. Serão 4.439 vagas, 92 a mais se comparado ao concurso realizado no ano passado. As inscrições acontecerão no período de 2 de setembro a 11 de outubro. O acréscimo no número de vagas é resultado da criação de um curso no câmpus de Bauru, Sistemas de Informação, e da abertura de uma nova opção em Ciências Biológicas, em Botucatu, além da ampliação de vagas em sete cursos oferecidos pela Universidade (veja texto à pág. 12). Abaixo, o professor Carlos Felício Vanni, diretor-presidente da Fundação para o Vestibular da UNESP (Vunesp), explica a razão dessas mudanças e de que forma é organizado o segundo maior vestibular do País, considerado modelo por especialistas na área de educação.

Jornal da UNESP — Por que a Vunesp decidiu alterar o número de questões das provas de conhecimentos gerais e específicos?

Carlos Felício Vanni — O aumento do número de questões da prova de conhecimentos gerais, que passou de 70 para 84, e a redução na de conhecimentos específicos, de 32 para 25 questões dissertativas, resulta do contato estreito que a fundação tem com os professores das escolas de segundo grau e dos cursinhos. Hoje sabemos, por exemplo, da importância de um indivíduo ter uma formação geral e consistente, porque a tendência geral da economia é que as pessoas se ajustem com facilidade a diferentes atividades. Uma pessoa altamente qualificada em uma única área, sem essa formação geral, certamente encontrará dificuldades de ajustamento, em função da dinâmica da economia e da sociedade. Um candidato com boa formação geral terá mais chances de sucesso na universidade do que aquele preocupado apenas com uma parcela do que foi ensinado no segundo grau.

JU — Com essa nova proposta, a Vunesp está desvalorizando a prova de conhecimentos específicos?

Vanni — Pelo contrário. A prova de conhecimentos específicos avalia em profundidade o candidato. A diminuição de 32 questões discursivas para 25 vai possibilitar a formulação de questões mais completas e aprofundadas em cada uma das disciplinas, que permitirão avaliar o que o candidato realmente aprendeu no segundo grau. Assim, cada uma das pro-



POLIVALÊNCIA

Vanni: "O profissional do futuro deve se ajustar a diferentes atividades"

vas, aplicadas nas três grandes áreas do conhecimento, deverá priorizar e explorar os conhecimentos e habilidades que terão maior relevância para o êxito acadêmico e profissional do candidato.

JU — Quais são as outras modificações no Vestibular/97?

Vanni — Houve diminuição de opções nas carreiras escolhidas pelo candidato. Numa época, tínhamos quatro opções de curso em cada área. Passamos para três opções e, agora, o candidato poderá fazer duas opções de cursos dentro da mesma área de conhecimento. Ao analisarmos as matrículas feitas pelos candidatos, observamos que, de modo geral, as vagas são preenchidas até com a segunda opção de curso. Para se ter uma idéia, este ano não tivemos candidatos para a terceira opção. Tecnicamente, a redução favorece a racionalização dos trabalhos para o pessoal que trabalha na área de classificação de candidatos.

JU — As provas do vestibular da UNESP são consideradas as melhores do País. Como são preparadas?

Vanni — As provas são elaboradas por dois tipos de especialistas. Um deles prepara as questões relacionadas ao conteúdo de cada uma das disciplinas ensinadas no segundo grau, como química, física, matemática, etc. A elaboração é sempre feita por mais de um especialista de cada matéria. E há o especialista da área de medidas educacionais, que se preocupa com a organização e avaliação educacional, área que teve um grande desenvolvimento nos últimos cinquenta anos, principalmente nos EUA. Contactados esses especialistas, cada um recebe um manual de orientação, organizado pela Vunesp, para a elaboração das perguntas. Só que, antes de formulá-las, há um grande trabalho prévio de planejamento para definir que tipos de comportamento querem ser verificados na prova, a dificuldade que o exame deve ter, os itens

a serem contemplados para verificação desses resultados. Depois disso, esse profissional responde às questões e define os critérios de correção. A prova vai então para o revisor, que também está de posse de um manual de revisão.

JU — Quer dizer então que cada questão sofrerá o mesmo processo nas mãos do revisor?

Vanni — O revisor não recebe o planejamento que o elaborador faz, só as questões formuladas. Ele atribui os critérios de correção para as questões. O especialista em medidas educacionais compara a prova que o elaborador fez com a prova analisada pelo revisor. É este confronto que nos vai dizer se a prova está boa e coerente.

JU — Como é feita a correção das provas?

Vanni — Quando dizemos que corrigimos todas as provas é porque temos uma con-

cepção de que o candidato deve ser avaliado globalmente. Ele não vai ser analisado de acordo com a correção de um número determinado de questões, e, se tiver obtido uma certa pontuação, passará para a segunda prova. Avaliar globalmente significa verificar o conhecimento, em todas as disciplinas, que os candidatos trouxeram do segundo grau. Seu desempenho é avaliado nas diferentes provas.

JU — Quem corrige as provas?

Vanni — A correção das provas é feita por cerca de 200 professores. São docentes da própria Universidade, que têm interesse no ensino de segundo grau, e professores de segundo grau com formação em licenciatura plena em cada uma das áreas que vão corrigir, por exemplo. Os professores de segundo grau são importantes na correção das provas porque têm uma percepção clara dos problemas vivenciados nas escolas. Muitas vezes, nós, da universidade, vamos além do que é ensinado neste nível. Isso não quer dizer que a prova deva ser facilitada, mas é preciso haver um critério de correção adequado em relação ao nível de conhecimento do candidato que presta o vestibular. Já a prova de redação, que é altamente subjetiva, é corrigida por dois professores diferentes.

JU — Qual é o perfil do candidato que a UNESP quer selecionar?

Vanni — O candidato tem que ser capaz de organizar logicamente as idéias e se expressar de forma adequada. Quando falamos que queremos um aluno crítico em relação aos problemas do País, estamos nos referindo a um candidato que saiba se expressar e escrever bem. Mas sem o conhecimento do conteúdo das disciplinas de segundo grau, dificilmente será crítico.

CONVÊNIO

Vunesp concede bolsas

A Vunesp, Fundação para o Vestibular da UNESP, entregou, no mês de maio, bolsas de estudos aos seis melhores classificados no vestibular da UNESP deste ano, nos cursos de licenciatura, que já haviam se beneficiado da isenção da taxa de inscrição para o concurso. A premiação faz parte do convênio assinado entre a Universidade, a Vunesp e a Secretaria Estadual da Educação visando estimular alunos da rede pública. Carlos Felício Vanni, diretor-presidente da Vunesp, esclarece que as bolsas têm a duração de quatro anos, a mesma dos cursos às quais se referem. "O valor de cada uma delas é de R\$100,00 mensais, corrigido ao longo desse período" informa. O convênio permitiu que 4.883 candidatos ficassem

isentos do pagamento da taxa de inscrição.

Na área de Ciências Exatas, os contemplados são João Carlos Ferreira Costa e Fernanda Cristina de Souza, ambos matriculados no curso de Matemática do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (Ibilce), do câmpus de São José do Rio Preto. Karla Monteiro Paranhos e Jucimara Colombo, matriculadas, respectivamente, nos cursos de Ciências Biológicas do Instituto de Biociências, câmpus de Rio Claro, e do Ibilce, também já estão recebendo a bolsa. Na área de Humanas, os agraciados são Silvana Moreli Vicente, do curso de Letras do Ibilce, e Felipe Martins Paros, da Educação Artística, Habilitação em Artes Plásticas e Música, do Instituto de Artes, câmpus de São Paulo.

À prova de piratas

Alterações na Lei de Patentes tornam o País mais resistente à pirataria intelectual. Mas há quem veja nas medidas apenas uma forma de atender às pressões internacionais

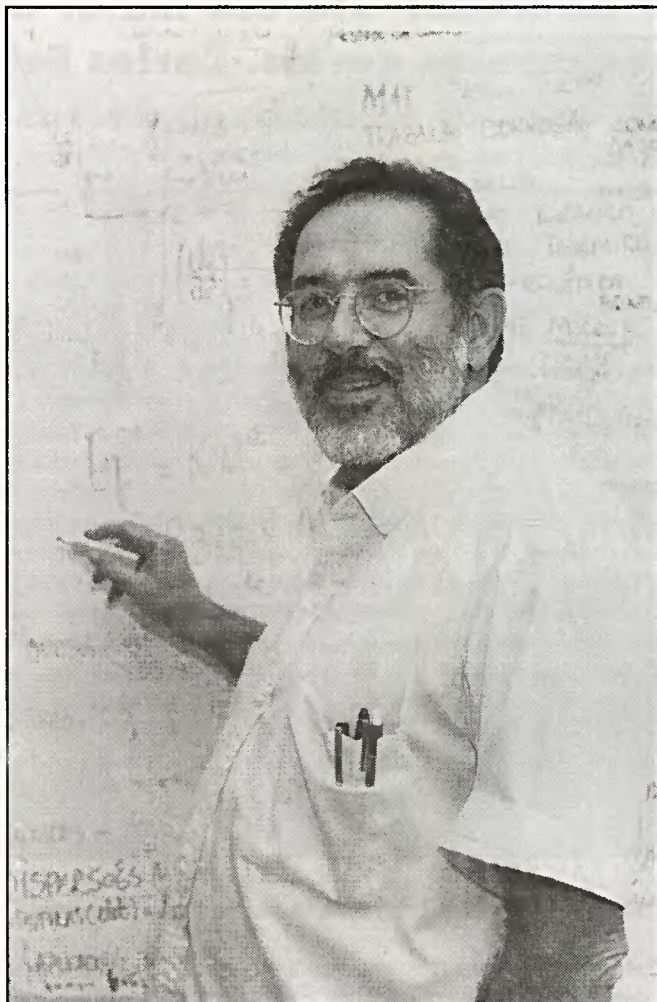
WALTAIR MARTÃO

A patente é um documento que dá ao autor de um invento o direito de, durante um determinado período, ser o único a usá-lo da maneira que lhe convier. Considerada, portanto, um bem de capital, a patente voltou recentemente às manchetes. No início de maio último, o código brasileiro que regulamenta os direitos à propriedade industrial, em vigor desde 1971, se remodelou. Atendendo a pressões internacionais, notadamente de empresas farmacêuticas dos Estados Unidos, que reclamam a perda anual de 600 milhões de dólares por causa de medicamentos copiados sem sua autorização, o presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou alterações nessa lei. A legislação, agora, reconhece patente já concedida por outro país a remédios, alimentos e produtos químicos ainda não vendidos em nenhum mercado — para fabricá-los, será necessário pagar-se o equivalente, em média, a 2% do preço do produto. A Lei de Patentes também permitirá o patenteamento de alimentos e produtos químicos e biotecnológicos, como microorganismos, obrigando a fabricação, em território nacional, do produto patenteado no Brasil, no prazo de até três anos após a concessão da patente. Neste caso, se seu detentor alegar inviabilidade econômica para a produção industrial aqui, poderá recorrer a importações.

Quem apoiou as modificações, propostas já em 1991 pelo ex-presidente Fernando Collor de Melo, aposta que, assim, o País poderá aumentar seus investimentos em pesquisa, abandonar o estigma de defensor da pirataria intelectual e terá facilitada sua entrada no mercado mundial. Entre as críticas dos opositores, está o fato de que a lei, por exemplo, abre muitas brechas para que empresários brasileiros ou estrangeiros se estabeleçam no País e apenas importem produtos. "Não sou contra reformas, mas as que foram feitas deveriam

decorrer de uma política nacional de ciência e tecnologia, baseando-se também em princípios éticos, e não serem motivadas por interesses estritamente econômicos sob o comando de pressões externas", dispara o químico Antonio Carlos Guastaldi, do Instituto de Química (IQ) do câmpus de Araraquara, considerado na UNESP uma autoridade nesta questão. Visualizando a patente sob a ótica das relações capitalistas, o químico lamenta ainda que, na prática, não foram criados na lei mecanismos que incentivem governos e empresas nacionais a investirem em pesquisa.

Outra das severas oposições de Guastaldi ao novo projeto diz respeito à área de biotecnologia. "A lei permite o patenteamento de microorganismos sem definir o que são", diz. Segundo ele, o artigo possibilita até o registro de seres vivos criados em laboratório, inclusive pessoas. Detentora de várias patentes (veja quadro na página ao lado), a bióloga Marney Cereda, diretora do Centro de Raízes Tropicais (Cerat), unidade complementar da Faculdade de Ciências Agrômicas (FCA) do câmpus de Botucatu, acredita que o problema é, basicamente, ético. "A história da pesquisa científica registra a manipulação de organismos vi-



ÉTICA
Guastaldi: resistência às pressões externas

vos, incluindo-se aí o próprio pesquisador, na busca, por exemplo, da cura de doenças", lembra. "A consciência do cientista é que dirigirá seus estudos para o bem ou para o mal da humanidade." (Leia sobre bioética às págs. 8 e 9.)

BRASIL É PIONEIRO

Para o bem ou para o mal, a revisão da Lei de Patentes recolocou em discussão um tema fundamental para a pesquisa científica e o desenvolvimento da tecnologia nacional. Embora o País seja um dos 14 signatários do convênio da União de Paris — que, em 1883, instituiu o sistema de propriedade industrial no mundo —, a patente ainda não recebeu por aqui a atenção que lhe é devida. No Exterior, os países mais avançados investem pesado em pesquisa, especialmente a aplicada, e uma boa idéia pode levar o detentor de uma patente à fama e à fortuna. "No Japão, uma patente enriquece mais o currículo de um professor universitário que a publicação de trabalhos ou defesa de teses, o oposto do que acontece no Brasil, onde não sabemos sequer calcular o valor econômico de uma descoberta", comenta Guastaldi. Na UNESP, a questão vem sendo tratada há relativamente pouco tempo, mais especificamente, desde 1991. Naquele ano, durante a administração do reitor Paulo Milton Barbosa Landim, criou-se um mecanismo legal, a Portaria nº 16, estabelecendo pela primeira vez normas para proteger o conhecimento gerado nos laboratórios da Universidade.

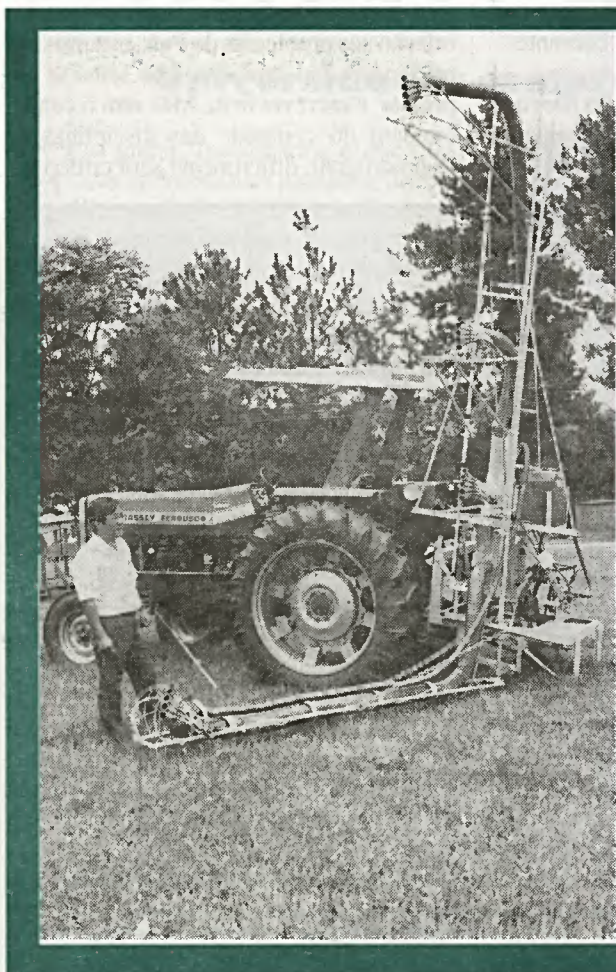
O novo dispositivo ainda instalava oficialmente o Serviço de Proteção e Transferência de Tecnologia (SPTT), atualmente vinculado à Pró-Reitoria de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários (Proex). O órgão tem algumas diretrizes

básicas. A primeira é possibilitar ao pesquisador acesso a cerca de 20 milhões de patentes existentes no mundo. "Ele pode, assim, obter informações importantes para não começar do zero uma pesquisa que já foi, de certa forma, abordada por outro estudioso", justifica o engenheiro Jânio Itiro Akamatsu, coordenador do Programa UNESP de Difusão da Ciência e da Tecnologia (PDCT) da Proex e atual coordenador do SPTT. Outro objetivo é prestar assessoria ao inventor para a elaboração, depósito e acompanhamento dos pedidos de patente junto aos órgãos oficiais, serviço até então inexistente na Universidade e que tinha que ser feito por caros escritórios particulares de patentes.

O SPTT também busca aproximar o inventor do setor produtivo, experiência bem-sucedida em universidades estrangeiras. "Boa parte das verbas daquelas instituições vêm de parcerias com empresas por causa de inventos com ótimo apelo comercial", frisa o coordenador. "A patente, portanto, estreita esta relação, pois nenhuma empresa investe em um invento que não tenha sido patenteado e possa cair nas mãos de outras empresas." Este trabalho de parceria com o setor produtivo é agilizado pelos escritórios existentes em cada câmpus da Rede UNESP de Difusão da Ciência e da Tecnologia da Proex.

DESPESAS

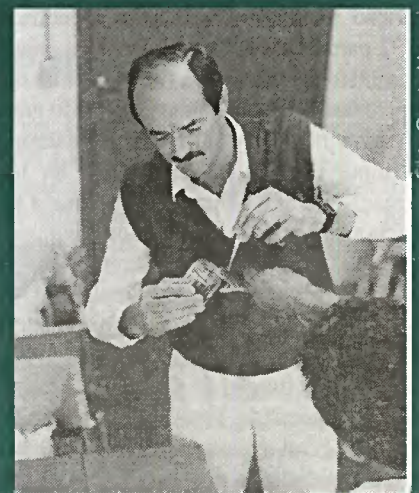
Além de facilitar a vida dos pesquisadores, a Portaria nº 16 também estabeleceu normas sobre os custos com o processo de patenteamento. Decidiu-se que estes gastos deverão ser divididos entre a UNESP e o inventor. A Universidade também pode se encarregar de todas as despesas, ressarcindo-se no momento em que a patente for negociada. O restante se reverterá aos departamentos envolvidos com o projeto. "Em geral, o professor não fica rico com



Daniela Pellegrin

A burocracia, sempre ela

O engenheiro agrônomo Tomomassa Matuo, de Jaboticabal, tentou, durante seis anos, patentear um pulverizador operado por célula fotoelétrica, que reduz os danos ambientais. Um imprevisto burocrático, no próprio Sedai, impediu que Matuo obtivesse a patente e, em 1988, sua invenção, premiada no XV Concurso Nacional de Invento Brasileira (1987), caiu em domínio público. "Dois anos depois, já tinha empresa fabricando meu aparelho", lamenta.



Silvia Garcia Manoel

Ponto sem nó

A equipe de pesquisadores do Cevap, em Botucatu, está desenvolvendo uma cola de fibrina — usada em suturas pós-operatórias —, derivada do veneno de cobra. Quinze dias após o diretor da entidade, o biólogo Benedita Barraviera, entrar com pedido de patente do trabalho, em 1992, surgiu, na Suíça, uma requisição semelhante. "Os resultados eram os mesmos, só mudava a cobra", conta.



Neelja Ipê

Da raiz brota o saber

A bióloga Marney Cereda, diretora da Cerat, em Batucatu, é detentora de patentes com colegas e alunas. Uma delas diz respeito à secagem da fécula de mandioca com um tipo de ácido, que reduz a fabricação de palvilha doce de 30 dias para 30 minutos. Outra se refere a um geleificante feito de fécula de mandioca, para cultivo de plantas *in vitro*, 80% mais barata que as algas, normalmente usadas. Atualmente, Marney está patenteando a uso de fécula na cobertura de frutas e hortaliças após a colheita.

uma patente", atesta o biólogo Benedito Barraviera, diretor do Centro de Estudos de Venenos e Animais Peçonhentos (CE-VAP), unidade auxiliar do câmpus de Botucatu, ele mesmo um dos responsáveis pela descoberta da cola de fibrina (veja quadro na pág. anterior). "Sua comercialização, porém, representa um reforço no financiamento das pesquisas", frisa. Barraviera chefia uma equipe responsável pelo lançamento de uma revista semestral científica sobre toxilogia, feita em disquete e patenteada em 1995. Escrita em inglês, tem cerca de 150 assinantes, que pagam 20 dólares por uma assinatura anual. A verba é utilizada, segundo Barraviera, no aprimoramento da publicação.

Batalhar pela obtenção do documento (leia mais sobre o assunto no texto ao lado), porém, nem sempre é uma empreitada com final feliz. O engenheiro agrônomo Tomomassa Matuo, da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias (FCAV) do câmpus de Jaboticabal, inventou, em 1987, um pulverizador operado por célula fotoelétrica. A criação acabou caindo em domínio público, cinco anos depois, por desencontros com o próprio Sedai. "O processo de patenteamento peca por, além de ter taxas altas, ser muito burocrático", critica. "Sem orientação especializada, fica difícil conseguir uma patente."

Apesar do infortúnio, Matuo considera a obtenção de uma patente etapa fundamental na carreira do pesquisador. "Ela nos dá prestígio", resume. Luís Paschoarelli, pós-graduando em desenho industrial na

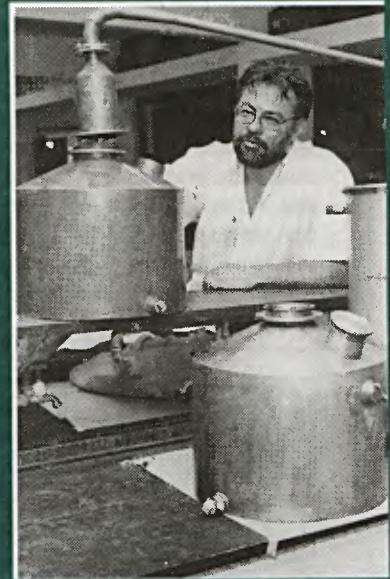
Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC) do câmpus de Bauru, vai além: "É uma forma de mostrarmos à sociedade que estamos trabalhando para melhorar a qualidade de vida". O químico João Bosco Faria, da Faculdade de Ciências Farmacêuticas (FCF) do câmpus de Araraquara, inventor de um dispositivo para alambiques que elimina o cobre da aguardente, também considera a patente importante, embora ache que a legislação seja mal formulada. "A lei não é clara em muitos pontos e as indústrias usam batalhões de advogados para se aproveitarem das brechas", reclama. Ele ilustra sua crítica

citando o fato de que um equipamento com desenho alterado é considerado um novo invento. "Por isso, patentei apenas a idéia de minha invenção." O engenheiro agrônomo Fernando Marques de Almeida, da FCA de Botucatu, co-inventor de um pulverizador de ervas daninhas, concorda com Faria: "A falta de ética do empresário desestimula o inventor e emperra o desenvolvimento tecnológico". Experiente no assunto, Marney Cereda sugere ao inventor registrar sua descoberta também no Conselho Regional de sua área. "Esse documento é um outro comprovante da autenticidade do invento", reforça.

NOVA GERAÇÃO

Conscientes da importância da patente, professores da UNESP têm orientado as novas gerações de pesquisadores a se envolverem com esta questão. A professora Marney, por exemplo, pesquisa com alunos de graduação e pós-graduação e os inclui como proprietários das patentes. No curso de pós-graduação em Biotecnologia do IQ de Araraquara, uma disciplina trata especificamente do assunto: Privilégio de Invenção e Propriedade Industrial. A matéria faz falta, por exemplo, a Luís Paschoarelli. Como estagiário de uma empresa de Bauru, Paschoarelli criou diversos aparelhos para deficientes físicos. "Meu contrato como estagiário me obrigava a ceder os direitos autorais para a empresa", lamenta. "Assim, não tenho nada patenteado no meu nome." Como estudante da UNESP, criou, em 1993, uma plantadora de grãos para pequenos agricultores. O invento, porém, está engavetado, à espera de ajustes técnicos e investimentos para produção industrial. "Não sei como patentear-lo e nem como convencer empresas a patrocinarem seu aperfeiçoamento", afirma Paschoarelli, que admite desconhecer o SPTT.

Regina Maria Bastauskas, responsável pelo apoio técnico do SPTT e sua única funcionária contratada, reconhece que o



Neelja Ipê

Uma boa idéia

O química João Basca de Faria, de Araraquara, entrou, em 1982, com a pedido de patente para um dispositivo que elimina a contaminação pela cobre durante a produção de aguardente. Com a utilização de peças de cobre e de aço em determinadas partes do alambique, Basca conseguiu obter um produto que não provoca ressaca e tem paladar mais puro, compatível com os padrões internacionais. "A patente definitiva, porém, só veio em 1989, me restando apenas oito anos para aferir as possíveis resultados da invenção", reclama.

serviço tem deficiências. "Nossa estrutura ainda é muito reduzida", explica. Na opinião de Jânio Akamatsu, depois que a Comissão Permanente de Regime de Trabalho (leia mais sobre a CPRT à pág. 4) definir as formas de atuação e pagamento dos professores em trabalhos de extensão e forem contratados outros especialistas em patentes, o órgão terá condições de se fortalecer. "Aí, sim, poderemos divulgar nosso trabalho com a certeza de dar um ótimo respaldo ao pesquisador interessado." Mesmo com limitações momentâneas, o Serviço de Proteção e Transferência de Tecnologia é o melhor atalho para que nossos cientistas possam patentear seus achados com menor custo e burocracia e com mais possibilidades de relacionamento com o setor produtivo. E estas, como se sabe, são condições imprescindíveis para o desenvolvimento científico e tecnológico da Universidade.

O calvário da patenteação

O processo para a obtenção de uma patente (de invento, de marca ou de programa de computador) é extremamente burocrático (leva cerca de três anos) e caro. O candidato deve, inicialmente, depositar seu pedido de privilégio junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi, tel. (011) 222-8866 e 220-9958), que verificará se o invento é novidade aqui e no Exterior. Para isso, deve fazer um relatório detalhado do projeto, que envolve uma série de exigências técnicas — resumos, título, relatório descritivo, desenhos.

Para cada fase do processo há taxas específicas, além de anuidades durante o período de validade da patente — de 10 a 20 anos. Por exemplo: no caso de invento, o depósito de pedido de patente nacional

custa R\$ 109,00. O de internacional, R\$ 236,00. O pedido de exame de modelo de utilidade, modelo industrial ou desenho industrial, R\$ 217,00. A anuidade do pedido, R\$ 150,00. A anuidade de patente do 11º ao 15º ano, R\$ 820,00. A assinatura anual da *Revista de Propriedade Industrial*, R\$ 520,00.

O Serviço Estadual de Assistência aos Inventores (Sedai, (011) 868-0155 e 868-0156) de cada Estado pode encaminhar o processo gratuitamente, sempre informando sobre o seu andamento. Para que a patente seja válida também no Exterior, é feito um novo depósito em cada país. O SPTT (tel. (011) 284-9600) assessora os inventores da UNESP em todas as etapas.

Salvação da lavoura

Os engenheiros agrônomos Fernanda Marques de Almeida e Augusta Ferreira da Eira, de Batucatu, começaram a criar, em 1986, a eletraherb. A máquina, de 1,5 toneladas, emite chaves de 15 mil volts, incinerando ervas daninhas. "A Cesp, que financiava a prajeta, desistiu dele e passou a dificultar a sua patenteação", lembra Almeida. "O invento já estava caindo em domínio público, mas conseguimos recuperá-la e entramos, em 1992, com o pedido de patente."



Vanica Richier

Na gaveta

Luís Augusta Paschoarelli, desenhista de Bauru, desenvolveu, em 1993, durante a sua graduação, a prajeta de uma plantadora de grãos para pequenas agriculturas. Com a engenhoca, uma espécie de bata presa a um reservatório de sementes em acrílica, o agricultor semeia a sala à medida que caminha. "Embora necessite ainda de alguns ajustes técnicos, a equipamento mastrou-se eficiente", avalia Paschoarelli. "Ainda assim, ele está engavetado."

Imprecações

da Igreja

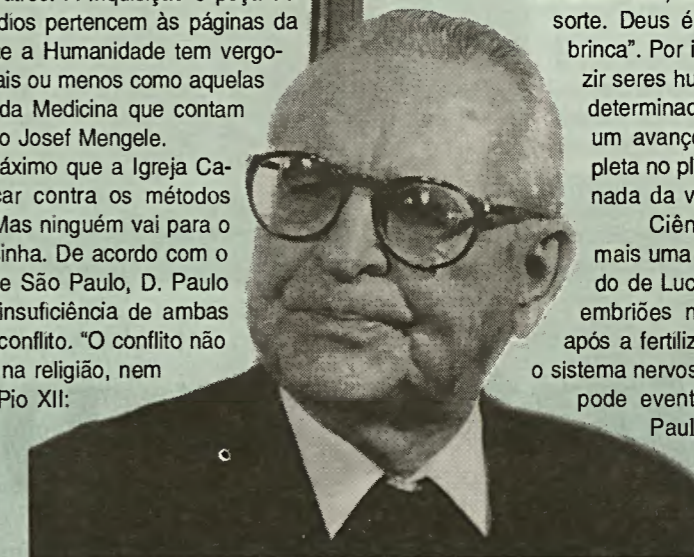
Houve uma época em que, quando ouvia falar em ciência, a Igreja sacava logo o arquite. Que o diga Giordano Bruno, que foi para a fogueira. Ou Galileu Galilei, que teve de negar suas descobertas para não ser obrigado a voltar ao pó antes do tempo. Hoje, aparentemente, os tempos são outros. A Inquisição é peça de museu, e tais episódios pertencem às páginas da história da Igreja que a Humanidade tem vergonha de folhear — mais ou menos como aquelas páginas da história da Medicina que contam os feitos de um certo Josef Mengele.

Atualmente, o máximo que a Igreja Católica faz é imprecar contra os métodos anticoncepcionais. Mas ninguém vai para o fogo por usar camisinha. De acordo com o cardeal-arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, é a insuficiência de ambas as partes que gera conflito. "O conflito não está imaneente nem na religião, nem na ciência". E cita Pio XII: "A ciência e a religião são duas irmãs que devem saber beijar-se na testa".

Para o cardeal, "experimentos ci-

entíficos usando seres humanos como cobaieis ferem a dignidade humana e a própria Declaração Universal dos Direitos Fundamentais da Pessoa". Ele, ainda: "Toda vez que os homens se arrogam direitos que ultrapassam aqueles dados aos mortais, tomam-se ditadores. Até hoje, e para todo o futuro, os homens que brincaram de Deus acabaram mal, arrastando outros para a mesma sorte. Deus é Amor, e com o amor não se brinca". Por isso, para ele, a idéia de produzir seres humanos com características pré-determinadas não pode ser considerada um avanço. "A Humanidade só se completa no pluralismo e na conquista disciplinada da variedade."

Ciência e religião batem cabeça mais uma vez. Para o geneticista Edmundo de Lucca, os cientistas podem manter embriões nos laboratórios até o 14º dia após a fertilização. "A partir daí, acredita-se, o sistema nervoso começa a operar e o embrião pode eventualmente sentir dor." Para D. Paulo Evaristo Arns, ao contrário, a vida começa na concepção e se desenvolve ao longo da existência. "Rechaçamos veementemente experimentos deste tipo", encerra.



Arns: "Com o amor não se brinca"

Em seu diálogo *O Crítico como Artista*, Oscar Wilde coloca a ciência, e a arte também, para além de qualquer moral. Despido de seu contexto, porém, todos sabemos, qualquer aforisma se torna perigoso. Fora do irreverente brado de liberdade estética engendrado pelo autor inglês, o axioma wildeano, levado a seu paroxismo, pode ser encarado como uma carta branca para o vale-tudo científico. Se, como na arte, o fim da ciência repousa em si mesmo, então qualquer tipo de experimento é válido para que ela alcance seus objetivos — como talvez tivessem buscado o doutor Josef Mengele e seus asseclas nazistas justificar as bárbaras expe-

gestões para 30 mil entidades ou pessoas. A Resolução está se tornando conhecida e discutida por todos, e deve se tornar representativa da sociedade." Isto, porque a nova resolução deve transcender o campo da Medicina, abrangendo todas as áreas em que haja pesquisa com seres humanos. "A regulamentação anterior tinha um enfoque mais voltado para a área biomédica", pondera Hossne. "Mas o problema da experimentação com seres humanos atinge outras áreas."

Para o cirurgião, é fundamental que a nova resolução contemple, de maneira mais detalhada, as populações vulneráveis, como índios e portadores de deficiências físicas. Para ele, todo participante de uma pesquisa deve estar com plena capacidade de auto-determinação, para poder decidir de maneira livre. "Crianças e pessoas de idade, por exemplo, não têm capacidade de auto-determinação total", explica. Daí, diz, a polêmica sobre experiências com presidiários, proibidas em alguns estados dos EUA: "Quando a participação do presidiário em pesquisa pode ser trocada por diminuição da pena, ele está sendo induzido a tomar parte no experimento". Do mesmo modo, as normas internacionais recomendam que não se utilizem pessoas que tenham dependência do cientista: "Não se recomenda que professores façam experiências com alunos, nem laboratórios com seus funcionários."

Dentro desta proteção a populações vulneráveis, Hossne salienta a importância do conceito de consciência esclarecida: "Qualquer pessoa que entra em um projeto de pesquisa tem que ser informada sobre seus riscos e benefícios, e, de posse de todas as informações, deve estar capacitada a dar seu consentimento". A consciência esclarecida vai além do Consentimento Pós-Infirmação, previsto na Resolução 1/88: "Não é suficiente apenas



DILEMAS Hossne: avanços científicos trazem incertezas éticas

Nos campos do Senhor

À medida que avança, a ciência arranha o código de ética que controla pesquisas com seres humanos. Os novos dilemas surgidos na última década vêm sendo debatidos por biólogos, geneticistas, filósofos, juristas e religiosos para a publicação, em agosto próximo, de um novo código brasileiro para a experimentação com a vida humana.

IRINEU FRANCO PERPETUO

Controle social

Para Glaci Zancan, bioquímica da Universidade Federal do Paraná e vice-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), "os avanços científicos e tecnológicos estão ocorrendo em uma velocidade maior do que as discussões filosóficas e éticas sobre as vantagens ou desvantagens do uso das novas técnicas". Zancan, que acompanha, pela SBPC, as resoluções referentes à ética, se preocupa também com a velocidade com que a apropriação comercial destas descobertas vem ocorrendo: "São gerados enormes interesses econômicos, que poderão levar à marginalização da maioria da população."

Até que ponto tecnologias de ponta, como a terapia gênica, extremamente dispendiosas, são prioritárias em países como o Brasil, com milhões de habitantes excluídos dos sistemas de saúde? "Como as fontes financeiras para salvar vidas são limitadas, há um sério problema ético na definição dos beneficiários desta terapia", pondera a bioquímica. Por esse motivo, ela conclama a comunidade acadêmica e médica a levar a toda a sociedade as suas preocupações quanto ao controle social das novas tecnologias biológicas, independentemente da regulamentação das normas técnicas de biossegurança que elas exigem.

Um caso exemplar

No livro *Experimentação com Seres Humanos* (Editora Moderna), que William Saad Hossne escreveu em parceria com a professora Sonia Vieira (Unicamp), é narrado um caso que retrata à perfeição um desses maus passos dados pela ciência em nome do avanço científico.

Antes da descoberta da penicilina, a sífilis era tratada com injeções de drogas que continham metais pesados. Os médicos desconfiavam, entretanto, que algumas complicações atribuídas à doença fossem efeitos colaterais do tratamento. Para estudar a evolução natural da sífilis, foram mantidos sem tratamento 408 pacientes em um hospital de Tukesgee, no estado norte-americano do Alabarna. Outros 192, que supostamente não haviam contraído a doença, foram utilizados como controle, também sem nenhum tipo de tratamento.

As cobaias foram amealhadas entre a população negra de baixa renda. Estes seres humanos não apenas ignoravam estar

animal em outra. Enoch projeta introduzir o gene humano do crescimento no embrião bovino, para fazer com que o boi cresça mais e, a longo prazo, baratear o preço da carne. "A gente não procura nada nocivo, só coisas que beneficiem o homem", afirma o zootecnista. "Se, no caso de experimento com ser humano, a vida é a finalidade principal, no caso de animais, o nível de tolerância é maior. Não se pode causar sofrimento em animal já vivo, mas é possível utilizar espermatozóides, óvulos e embriões."

Ainda assim, em países de Primeiro Mundo, organizações ambientalistas já se rebelam contra o que consideram maus tratos contra animais. "Estive no Reino Unido, em 91, e vi uma fazenda ser invadida por membros do Partido Verde, que achava que os cientistas estavam agredindo a natureza, por introduzirem toxinas em coelhos, e acabaram soltando todos os animais." Enoch considera esta consciência ecológica "muito exacerbada": "A finalidade da pesquisa era beneficiar o homem, aumentando a produção de alimentos", argumenta.

Não é preciso utilizar procedimentos que prejudiquem diretamente o paciente para criar problemas éticos. Domingos Alves Meira, médico do Departamento de Doenças Tropicais e Diagnóstico por Imagens da Faculdade de Medicina de Botucatu, por exemplo, é contrário a estudos randomizados (com escolha por acaso) utilizando placebo (droga inócua) nos casos de doenças infecciosas. Neste tipo de estudo, um grupo de pacientes é escolhido para tomar a droga que está sendo testada, enquanto ao outro grupo, para controle, é ministrado um placebo. Ninguém sabe o que está tomando para não haver influência psicológica no resultado. "Em Botucatu, não faço este tipo de pesquisa", afirma. "Não é admissível ficar dando uma substância inócua a um paciente em cujo organismo há um agente estranho causando piora."

Meira é membro do Comitê de Vacinas Anti-HIV/AIDS do Estado de São Paulo e da Comissão Nacional de DST (Doenças Sexualmente Transmissíveis)/AIDS do Ministério da Saúde. De acordo com ele, o Ministério da Saúde está interessado em acompanhar a aplicação das normas de direitos humanos no caso destes males: "São doenças estigmatizantes, que criam preconceitos pela natureza de sua transmissão", justifica. Para o geneticista Edmundo de Lucca, do Departamento de Genética do Instituto de Biociências de Botucatu, mesmo conquistas que aparentemente só beneficiam o homem podem trazer embutidos problemas éticos. "Existem técnicas que em poucas horas permitem dizer se somos ou não portadores de genes causadores de graves enfermidades que, cedo ou tarde, poderão nos levar à morte".

Maravilha, não? "Mas o que acontecerá se as empresas

começarem a exigir uma prova genética de seus funcionários ou daqueles que buscam um emprego e alguém não for aceito por ser portador de um gene que pode causar uma doença fatal?", pergunta De Lucca. Ele indaga, mais uma vez: "Será que aquele portador de um gene que, potencialmente, predispõe ao câncer deve pagar um seguro muito maior que aquele que não possui o tal gene?"

Outro caso que, segundo o geneticista, pode conduzir a problemas éticos é a terapia gênica. Ela permite que sejam introduzidos nas células genes que possam resolver deficiências de enzima do paciente, como a ADA (adenosinadesaminase), cuja ausência leva a casos muito graves de autismo, já que a pessoa não sente dor. "Queiramos ou não, a terapia gênica, com exames variando de R\$2.500 a R\$3.000, não será uma técnica ao alcance de todos", diz. E esta concentração da técnica e de seus benefícios nas mãos de poucos leva a uma outra discussão: a das patentes. "Os grandes laboratórios investem grandes somas de dinheiro em pesquisas e acabam patenteando os genes, as técnicas de descoberta e os organismos obtidos através de manipulação transgênica", diz De Lucca. "Todo o conhecimento acaba ficando com este grupo restrito, formado pelas grandes multinacionais".

PRECONCEITOS

Meira: atenção especial às doenças estigmatizantes



Monica Richter

riências com os prisioneiros dos campos de extermínio realizadas durante a II Guerra Mundial.

É foi justamente em Nurembergue, cidade alemã em que os seguidores de Adolph Hitler foram julgados por seus crimes de guerra, que surgiu a primeira tentativa de reafirmar os abusos nos experimentos em pesquisas com seres humanos. O Código de Nurembergue (1947) foi seguido pela Declaração de Helsinque (1964), que, atualizada em Tóquio (1975), Veneza (1983) e Hong Kong (1989), é o código de ética internacional que, hoje, regulamenta o assunto.

No Brasil, as pesquisas com seres humanos são regidas pela Resolução 1/88, baixada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), em 1988. Agora, um grupo de estudos do CNS, presidido por William Saad Hossne, professor de Cirurgia e de Ética Médica da Faculdade de Medicina da UNESP do câmpus de Botucatu, deve publicar, até agosto, uma nova resolução, que atualizará a 1/88. Sua versão preliminar deve ser apresentada em audiência pública, no 1.º Congresso Brasileiro de Bioética, a ser realizado em São Paulo, entre 26 e 28 de junho próximo. "De 1988 para cá, muita coisa evoluiu, e novos dilemas éticos surgem a cada avanço científico", diz Hossne, que também preside a Sociedade Brasileira de Bioética, entidade não-governamental fundada em 1995. Dela fazem parte não apenas representantes da área médica, mas também pessoas como Henry Sobel (rabino), D. Paulo Evaristo Arns (cardeal), Franklin Leopoldo (filósofo), Celso Lafer e Dalmo Dallari (juristas).

POPLAÇÕES VULNERÁVEIS

De acordo com Hossne, a Resolução 1/88 é seguida, "mas não tanto quanto deveria", por ser desconhecida de muitos pesquisadores. Por isso, o grupo de trabalho por ele presidido resolveu ouvir a sociedade. "Foram pedidas su-

passar a informação. É necessário também esclarecê-la dentro de uma linguagem que o paciente possa entender".

Apesar de todos os problemas éticos gerados, é evidente que a pesquisa com seres humanos é indispensável ao progresso da ciência. "Por mais que você faça pesquisa em laboratório ou em animais, a primeira aplicação em um ser humano não deixa de ser uma experimentação, pois é para ele que a droga foi feita."

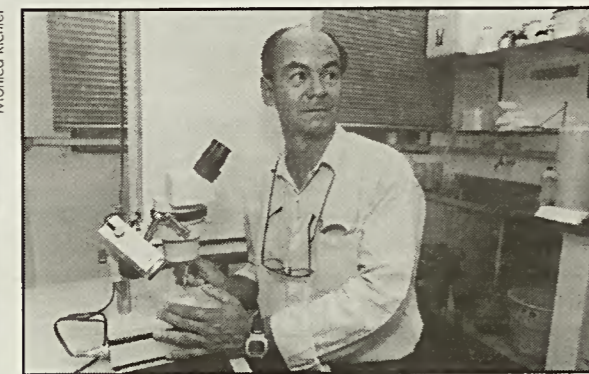
A Resolução 1/88 é das poucas que exigem que o medicamento, antes de ser aplicado em ser humano, tenha sido testado em três espécies animais diferentes, sendo uma delas um mamífero não-roedor. Isto por causa da talidomida: "Essa droga surgiu como um tranqüilizante e foi ministrada a gestantes. Só que os filhos nasceram com uma série de defeitos. O produto só tinha sido testado em uma espécie animal. No rato, ele não produz efeitos deletérios, mas, no coelho, sim".

CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA

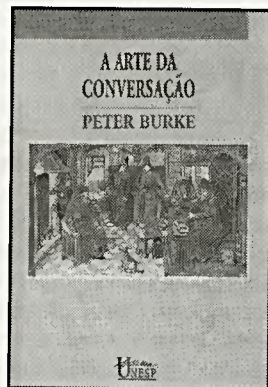
Uma prova de que cada conquista científica coloca um novo problema ético: atualmente, a bola está com a Engenharia Genética, cujos avanços já colocam no horizonte do possível a produção em série de indivíduos com características predeterminadas descrita no romance *Admirável Mundo Novo*, de Aldous Huxley. "Se alguém quiser fazer uma brincadeira maldosa, tipo Frankenstein, já é possível", diz Enoch Borges de Oliveira, professor do Departamento de Reprodução Animal da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias do câmpus de Jaboticabal. Dominando a técnica da fecundação *in vitro*, Enoch é o responsável pelo primeiro zebu de proveta do mundo. A fecundação *in vitro* é fundamental em outro tipo de pesquisa mais audaciosa: a transgênese, técnica da engenharia genética que permite a introdução de características de uma espécie



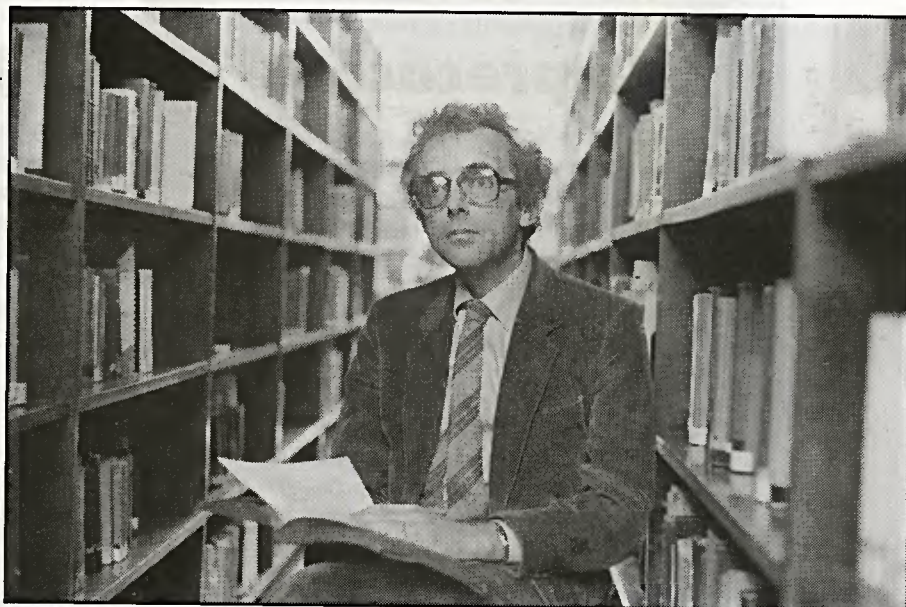
TERAPIA GÊNICA De Lucca: benefícios nas mãos de poucos



IN VITRO Oliveira: "Podemos fabricar um Frankenstein"



A Arte da Conversação, de Peter Burke. Editora UNESP; tradução de Álvaro Luiz Hattner; capa de Lucio Kume; 219 págs.; R\$ 20,00, com 25% de desconto para funcionários.



lilo Claretto

PERFIL
Burke, de Cambridge: rigor de pensamento, pesquisa exaustiva e amplitude de abordagem

Outras palavras

Ao empreender uma história social da linguagem, o inglês Peter Burke devassa, com minúcia e estratégia, as relações entre as línguas e as sociedades

RAUL FIKER

Peter Burke — historiador na Universidade de Cambridge, na área de História Cultural, principalmente no período do início da Europa moderna — é bastante conhecido entre nós por suas atividades no Brasil e por diversos livros seus aqui publicados. Este *A Arte da Conversação* traz as características habituais de seus trabalhos: rigor de pensamento e pesquisa, com exaustivo levantamento de fontes, e amplitude da abordagem, embora guardando a especificidade do objeto e sem perder de vista suas múltiplas implicações e desdobramentos. É um perfil que se coaduna com preocupações interdisciplinares, como as que se encontram neste livro — no caso, em relação, sobretudo, com a sociolinguística, pois a perspectiva do autor é a da história social da linguagem.

Esta perspectiva é abordada, em seus aspectos teóricos, no primeiro capítulo, onde o autor, vistoriando o panorama das teorias neste âmbito, expõe as idéias básicas sobre as relações entre as línguas e as sociedades nas quais elas são faladas ou escritas e as comenta, uma a uma, fornecendo alguns exemplos históricos. Ao delimitar a área de sua abordagem, Burke procura especificá-la, por um lado, em relação à perspectiva utilitária dos historiadores em geral e, por outro, à ausência da dimensão histórica característica de outras áreas, como a linguística e a antropologia, que negligenciam as mudanças temporais nas estruturas e formas de comunicação verbal. Nos outros quatro capítulos, as concepções em questão são desenvolvidas e exemplificadas pelo estudo concreto de ocorrências históricas cujo contexto é quase sempre a Europa no início da época moderna.

O capítulo dois (*Esboço para uma história social do latim pós-medieval*) trata, nesta perspectiva, do desenvolvimento do latim a partir da Idade Média, percurso que é documentado com minúcia e estratégia, considerando os diversos tipos de latim — clássico, eclesiástico e macarrônico —, suas relações de interação e interpenetração com o vernáculo e demonstra alguns curiosos paradoxos, contrariando a visão convencional de que o latim declinou por não se adaptar ao mundo moderno. É sugerido que, ao



Saul Steinberg

O capítulo quatro, que dá título ao livro, parte de um exame dos manuais de conversação em voga na Itália do século XVI, na França do XVII e na Inglaterra do XVIII, sob a perspectiva de uma etnografia histórica da comunicação. Em meio a uma abundância de fontes e exemplos literários saborosos, é sugerida a vinculação da história desses manuais com o classicismo e o advento deste como parte de um desenvolvimento mais geral de autocontrole ou disciplina no Ocidente (tema importante em Weber, Elias e Foucault). Em outro nível, as mudanças nas normas de conversação estariam relacionadas às formas mutáveis de sociabilidade.

O último capítulo, *Anotações para uma história social do silêncio no início da Europa moderna*, talvez o mais sugestivo, complementa o anterior. Nele, o silêncio é tratado como o tema momentoso que sempre deu margem a comentários eloqüentes. Para Plutarco, por exemplo, se aprendemos o falar dos homens, o silêncio nos veio dos deuses e é algo “profundo e terrível”. O título cauteloso deste ensaio deve-se às óbvias dificuldades de se encontrarem fontes ricas ou “eloqüentes” sobre o assunto. Reconhecendo estas limitações, Burke leva a cabo uma notável delimitação do terreno. Partindo do fato de que manter silêncio é em si um ato de comunicação, procura “esboçar a história dos inconstantes significados do silêncio na Europa, em especial, mas não exclusivamente, no início do período moderno e, ao mesmo tempo, refletir sobre o valor dessa tentativa”. Seu exame das variedades do silêncio e das mudanças que o tornam diferente segundo os lugares e as épocas, sobretudo nos domínios religioso, político e doméstico, é primoroso — bem como a finalização do ensaio que, afinada com o rico quadro de referências literárias, recorre, é claro, ao silêncio de Hamlet.

contrário, são os usos práticos do latim que ajudam a explicar sua difusão e longevidade consideráveis.

No capítulo seguinte, *Língua e identidade no início da Itália moderna*, Burke recorre ao início da Itália moderna para explorar o lugar da língua entre outros sinais de identidade e checar a importância conferida pela sociolinguística aos laços entre língua e consciência de grupo. Ele acompanha o desenvolvimento da hegemonia do dialeto toscano sobre outros dialetos regionais e sua transformação em “italiano” e mostra que foi no final do século XVIII, e não na Renascença, que a língua, e não o ritual, o mito ou a cultura, “passou a carregar o fardo da identidade”.

fletir sobre o valor dessa tentativa”. Seu exame das variedades do silêncio e das mudanças que o tornam diferente segundo os lugares e as épocas, sobretudo nos domínios religioso, político e doméstico, é primoroso — bem como a finalização do ensaio que, afinada com o rico quadro de referências literárias, recorre, é claro, ao silêncio de Hamlet.

Raul Fiker é professor do Departamento de Antropologia, Política e Filosofia da Faculdade de Ciências e Letras do câmpus de Araraquara. É autor, entre outras, das seguintes obras: *Ficção Científica — Ficção, Ciência ou uma Épica da Época?* (LP&M, 1986); e *Vico, o Precursor* (Moderna, 1994).



Vieira e os paradoxos do espírito barroco

Obra revela como o padre português enfrentou a intolerância do Santo Ofício, entre 1663 e 1667

OSCAR D'AMBROSIO



“Roubar pouco é culpa, o roubar muito é grandeza: o roubar com pouco poder faz os piratas, o roubar com muito, os Alexandres.” As palavras do Padre Vieira (1608-1697) no *Sermão do Bom Ladrão* são mais atuais do que nunca e compro-

vam por que os críticos literários são unânimes em apontar o clérigo como um representante perfeito do espírito barroco. No entanto, o sacerdote também esteve envolvido com a Inquisição devido a suas idéias avançadas para a Igreja do século XVII.

Em *Os autos do processo de Vieira na Inquisição*, Adma Muhana, doutorada em Filosofia na USP, com tese sobre As Teorias Poéticas e a Ficção do Século XVII, realiza o amplo e árduo trabalho de reunir a transcrição dos 30 exames e audiências a que o padre português foi submetido entre 1663 e 1667, além da documentação histórica proveniente da Inquisição contida nas duas pastas do processo do clérigo, hoje depositadas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa. A pesquisadora escreveu ainda uma breve e rica introdução sobre o contexto histórico-cultural que envolveu o processo da Inquisição contra Vieira. O material revela como o padre enfrentou a intolerância do Santo Ofício. Os documentos históricos incluem atestados, consultas, mandatos, certidões, ordens e instruções reunidos para validar juridicamente o processo. Dessa forma, é possível perceber, por exemplo, que declarações do sacerdote datadas de 1663, entre outros documentos, só são anexadas ao processo após a prisão de Vieira, em 1665, quando a Inquisição buscava todo tipo de prova contra o lisboeta.

DEFESA DOS JUDEUS

Nascido em 1608, Antônio Vieira veio com a família para o Brasil aos seis anos e entrou para a Companhia de Jesus em 1623. Orador eloquente e culto, logo ganha destaque na comitiva brasileira que fora levar a adesão da colônia ao novo rei luso D. João IV. Tornou-se então pregador-régio e ministro sem pasta, envolvendo-se em missões diplomáticas e travando contato com os protestantes holandeses e mantendo relação amistosa com os judeus. O problema é que Vieira toma a defesa dos judeus, obtendo para eles a isenção do confisco dos bens pelo Santo Ofício, além de propor que Portugal ceda Pernambuco aos holandeses em troca da paz. Tais atitudes trazem compreensível impopularidade e o ódio da Inquisição. Ao correr o risco de ser expulso da Companhia de Jesus, aceita retornar ao Brasil como superior de uma missão localizada no Maranhão.

As palavras de Vieira continuam a lhe trazer antipatias mesmo no Nordeste; pois, ao defender os indígenas da exploração dos colonos, condena a ganância e a desumanidade dos escravocratas (“Não nos podemos sustentar d’outra sorte, senão com a carne e sangue dos miseráveis índios? Então são eles que comem gente? Nós, nós somos os que os imos a comer a eles”, afirma o padre em *Sermão da Epifania*). O episódio resultou na expulsão dos jesuítas do Maranhão, em 1661. O pior é que o retorno a Portugal ocorre num momento inadequado para o padre. Com a morte de D. João IV, seu

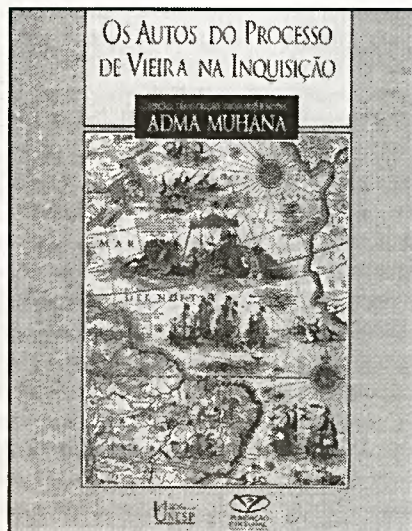
protetor, o jesuíta cai nas malhas da Inquisição, mantendo com ela uma batalha verbal entre 1663 e 1668.

QUINTO IMPÉRIO

As acusações do Santo Ofício baseiam-se no raciocínio exposto pelo sacerdote em *Esperanças de Portugal, quinto império do mundo, primeira e segunda vidas de El-Rei D. João IV*. Nessa carta, enviada do Maranhão a Dom André Fernandes, bispo do Japão, Vieira interpretava as trovas do sapateiro Bandarra, “profeta”, falecido em 1545, que predizia para Portugal a conquista de Marrocos e o Quinto Império. Neste, o poder temporal caberia ao rei português e o espiritual, ao Papa.

O mais curioso do julgamento movido pelo Santo Ofício é que o inquisidor Alexandre da Silva insistia em conhecer o *Clavis prophetarum*. Vieira disse que planejava o livro desde cerca de 1646, mas, segundo a professora Adma Muhana, o padre apenas começou a escrevê-lo em 1663, ou seja, após o segundo exame perante a Inquisição. O sacerdote, para defender-se, responde às perguntas dizendo que escreverá sua apologia, explicando as observações feitas na carta ao bispo do Japão. Segundo Vieira, como D. João IV morrera antes de realizar as profecias de Bandarra, o rei ressuscitaria para ser o imperador de um novo império “em que todas as nações do Mundo hão de crer em Cristo Senhor nosso e abraçar a nossa Santa Fé Católica”.

Em setembro de 1665, a Inquisição retém todos os rascunhos do clérigo. Ele redige uma *Petição* em que solicita a devolução desses textos e, em consequência, é recolhido a um cárcere de custódia. Elabora finalmente sua *Defesa perante o Tribunal do Santo Ofício*, escapando da



Os Autos do Processo de Vieira na Inquisição — Edição, transcrição, glossário e notas de Adma Muhana. Editora UNESP e Fundação Cultural do Estado da Bahia; capa de Lourdes Guacira da Silva; 464 páginas; R\$50,00, com 25% de desconto para funcionários da UNESP.

acusação de judaísmo e dizendo que apenas expusera nos rascunhos da *Apologia* os argumentos do livro que a própria Inquisição o obrigava a escrever para justificar-se das acusações recebidas. Vieira argumenta que a carta *Esperanças de Portugal* era um escrito privado, não redigido com a intenção de divulgar publicamente idéias contra a Igreja. Sendo assim, o documento poderia ter erros (involuntários), mas não culpas (intencionais). Tal raciocínio prova como o padre sabia lidar com as normas inquisitoriais, ciente de que a ação era mais contra seu brilho pessoal do que em função de suas idéias. O clérigo acrescenta que textos como a *História do futuro*, a *Apologia* e a *Clavis* haviam sido redigidos justamente sob a solicitação do Santo Ofício, não podendo, portanto, ser objeto de condenação. O mais importante na leitura dos exames e audiências é observar o pleno conhecimento do acusado dos procedimentos formais e das diversas instâncias de um processo movido pelo Santo Ofício.

GENIALIDADE

O resultado foi um processo demorado e o clérigo passa parte dele preso, tendo cassado seu direito de pregar. A anistia somente ocorre após a deposição de D. Afonso VI. Vieira parte então para Roma, para limpar seu nome junto à Santa Sé, encantando os italianos por seu talento como orador e pregador, fascinando até mesmo a exilada rainha Cristina da Suécia, protetora de Descartes.

O sacerdote moveu ainda uma campanha de desmascaramento do Santo Ofício e, no final da vida, foi nomeado Visitador da Companhia de Jesus e se entregou ao trabalho de catequese de índios no Brasil. Por ironia do destino, morreu, com quase 90 anos, no mesmo Colégio da Bahia onde fizera seus estudos iniciais. Dedicou-se ainda a dar os retoques finais em seu livro de escatologia *Clavis prophetarum*, texto em que desenvolve e justifica teologicamente a idéia do Quinto Império.

A reunião dos documentos atesta a genialidade de Vieira em sua argumentação perante a Inquisição. Autor de frases como “Quem quer mais que lhe convém, perde o que quer e o que tem”, no *Sermão de Santo Antônio*, e “Todos nascemos para morrer e morremos para ressuscitar”, *Sermão da Quarta-Feira de Cinzas*, o clérigo, como bem mostra a densa pesquisa de Adma Muhana, é a corporificação plena dos paradoxos do espírito barroco. Nesse sentido, basta lembrar o descrédito do padre sobre a racionalidade humana expresso no já citado *Sermão de Santo Antônio*: “Peixes! Quanto mais longe dos homens, tanto melhor; trato e familiaridade com eles, Deus vos livre”. Poderia haver melhor exemplo da complexa dialética do século XVII?



Padre Vieira: nas malhas da Inquisição

Oscar D'Ambrosio é jornalista e autor de *Mito e símbolos em Macunaíma* (Editora Selinunte).

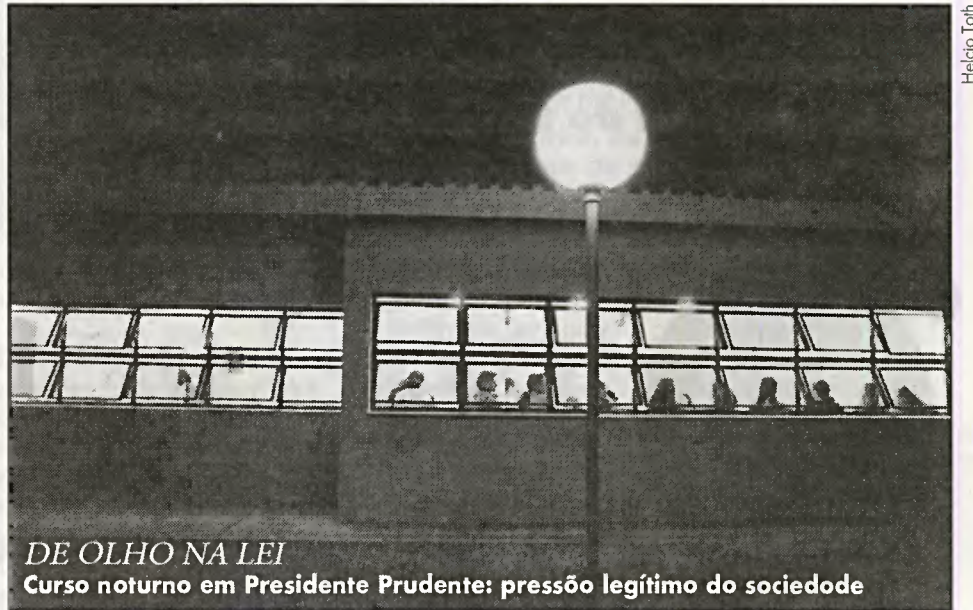
Cresce número de vagas

Sobe para 28% o percentual de cursos noturnos oferecidos pela Universidade

O artigo 253 da Constituição do Estado de São Paulo obriga as universidades públicas a reservarem, no mínimo, um terço de suas vagas para o período noturno. Apesar da obrigatoriedade, nenhuma das instituições tem cumprido a lei. Recentes manifestações de parlamentares da Assembleia Legislativa, mais especificamente do deputado Renato Simões (PT), pedem para que as universidades cumpram o mais rápido possível este dispositivo. No caso da UNESP, onde 27,6% das vagas oferecidas no último vestibular se destinavam aos cursos da noite, as providências começam a ser tomadas. Para o próximo vestibular, por exemplo, o percentual de cursos noturnos sobe para 28% (veja quadro). Em reunião do Conselho Universitário, no dia 29 de fevereiro, o reitor Arthur Roquete de Macedo pediu a todos os diretores das unidades esforço conjunto no sentido de que mais vagas sejam abertas à noite. "Existe uma pressão legítima da

sociedade e é preciso utilizar todos os recursos disponíveis para satisfazer as exigências do artigo sem, lógico, prejudicar a qualidade do ensino", afirmou, na ocasião.

A Pró-reitoria de Graduação (Prograd) enviou um documento à Secretaria de Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento Econômico explicando que a realidade orçamentária da UNESP é um entrave a ser considerado na ampliação de vagas nos cursos noturnos. "Quando a lei foi promulgada, em 1988, a UNESP estava encampando a Universidade de Bauru, ampliando em 43,47% o total de vagas para o ano seguinte, o que dificultou à Universidade se adequar imediatamente à lei", lembra Leonor Maria Tanuri, assistente técnica da Prograd. "Temos, no entanto, procurado gradativamente chegar aos 33,3% exigidos pela lei, o que, reconhecemos, é até pouco pela importância social dos cursos noturnos", acrescenta.



DE OLHO NA LEI
Curso noturno em Presidente Prudente: pressão legítima do sociedade

Helcio Toth

RECEPTIVIDADE

Os diretores das unidades têm se mostrado receptivos à missão. O professor Júlio César Durigan, da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias (FCAV) do câmpus de Jaboticabal, por exemplo, espera a implantação, num futuro próximo, de dois cursos noturnos na faculdade, Biologia e Ciências da Computação, segundo ele, com mínimo impacto financeiro. O professor Osvaldo Aulino da Silva, diretor do Instituto de Biociências (IB) do câmpus de Rio Claro, por sua vez, se diz preocupado com o grande número

de faculdades particulares que oferecem cursos noturnos em sua região, um atrativo que, se imitado pela UNESP, poderia aumentar o número de candidatos ao vestibular do IB. "Contamos apenas com o curso de Pedagogia à noite, mas teríamos condições de usar salas ociosas nesse horário e criar novos cursos, como Ciências Biológicas, por exemplo", informa.

Outros diretores, porém, confessam encontrar obstáculos para sua concretização. O professor Telmo Correia Arrais, diretor da Faculdade de Ciências e Letras (FCL) do câmpus de Araraquara, afirma que teria interesse e recursos humanos para criar novos cursos à noite na faculdade, como o de Língua Espanhola. "Pedimos à reitoria condições de infra-estrutura, uma vez que todas as nossas salas de aula se encontram ocupadas no período noturno", afirmou. O professor Arthur, para casos como estes, sugere que as salas de unidades ociosas à noite sejam utiliza-

das para as aulas noturnas de outras unidades. "Até mesmo escolas da própria cidade onde os câmpus se localizam poderiam ser usadas para esta finalidade", sugeriu. "É uma questão de otimizar os recursos públicos existentes."

A Prograd começou a distribuir, em maio, em todas as unidades universitárias, *O Ensino Noturno na UNESP*, um documento de 277 páginas onde apresenta uma análise da história dos cursos noturnos da Universidade, sua situação atual e infra-estrutura básica de atendimento aos alunos deste período, entre outros temas. O trabalho envolveu a participação de um grupo multidisciplinar, composto por oito professores, e traz informações sobre os cursos em questão até novembro de 1995. "Este trabalho certamente fornecerá subsídios às unidades e conselhos de cursos de graduação para a melhoria desse ensino", comenta a pró-reitora Maria Aparecida Viggiani Bicudo, da Prograd.

Vagas a serem oferecidas pela UNESP no próximo vestibular, por período

Câmpus	diurno	vespertino	integral	noturno
Aroçotubo			110	
Araraquara	220		195	150
Assis	140		20	140
Bauru	105		345	295
Botucatu			355	
Franco	130			135
Guaratinguetá			160	40
Ilho Solteira			160	
Marília	110		35	155
Pres. Prudente	150	30	80	170
Rio Claro			310	40
S. J. Compos			50	
S. J. Rio Preto	60		170	70
São Paulo	65	64		
Total	980	94	1990	1195

EDITORIA

Autonomia de gestão

Transformada em fundação, Editora UNESP torna-se mais ágil

Com um crescimento vertiginoso ao longo de seus oito anos de existência, a Editora UNESP firmou-se, no período, como uma das mais importantes editoras universitárias do País. Ganhadora de oito prêmios Jabuti, a mais destacada láurea atribuída pela Câmara Brasileira do Livro, teve um aumento em seu faturamento, entre 1994 e 1995, de 80%. Essa irretocável performance acaba de ser reconhecida pela Universidade, que a transformou em fundação. Com a mudança, a casa publicadora passou a se chamar Fundação Editora UNESP. "A partir de agora, teremos total autonomia gerencial de nossas políticas editorial e financeira", explica José Castilho Marques Neto, diretor-presidente da fundação. "Isso nos possibilitará maior agilidade e uma projeção mais acentuada no mercado."

A nova instituição será gerida por dois órgãos: o Conselho Curador e o Conselho Editorial Acadêmico. O Conselho Curador é integrado pelo reitor da UNESP, Arthur Roquete de Macedo, pelo vice-reitor, Antonio Manoel dos Santos Silva, e por cinco docentes de diferentes áreas da Universidade, escolhidos pelo Conselho Universitário (CO), em abril último. O Conselho Editorial Acadêmico é composto por 10 membros, todos com histórico de importantes trabalhos com a fundação. O Conselho Curador terá como fun-



ESTRÉIA
Primeira reunião do Conselho Curador: mandatos de dois anos

ções a normalização e a fiscalização do procedimento legal e financeiro da fundação, e seus membros terão mandatos de dois anos. O Conselho Editorial Acadêmico, por sua vez, será responsável pela política editorial da casa, e seus membros também terão mandatos de dois anos.

Segundo Castilho, 1996 será o ano de estruturação da fundação e, ao mesmo tempo, de formalização do ponto de vista institu-

cional. Paralelamente a essas atividades, o diretor-presidente pretende dar seqüência à política editorial da casa. Em função da transformação da editora em fundação, Castilho vem recebendo vários convites para falar sobre o projeto. Já esteve na Argentina, contando sua experiência a colegas editores, e no próximo dia 20 de junho dá palestra na Reunião Anual das Editoras Universitárias, em Brasília.

VESTIBULAR

Alunos, agora, têm mais opções

Inteligência Artificial, Compiladores e Sistemas Paralelos. Assuntos complexos e extremamente atuais da área de informática integram o currículo do curso Sistemas de Informação, que será oferecido no Vestibular/97 pela Faculdade de Ciências do câmpus de Bauru. O novo curso, que substitui o de Tecnologia em Processamento de Dados e tem por objetivo formar profissionais no desenvolvimento de programas e na organização empresarial de sistemas, oferecerá 30 vagas e terá duração de quatro anos. No curso de Ciências Biológicas, do Instituto de Biociências do câmpus de Botucatu, foi criada a opção Modalidade Médica, com 20 vagas, destinada à formação de profissionais para trabalhar em laboratórios. Para o próximo vestibular, foram ampliadas ainda as vagas dos sete cursos da tabela abaixo.

CURSOS	CÂMPUS	VAGAS
Artes Plásticas	IA-SP	03
História (mat.)	Franca	10
Letras (diurno)	Rio Preto	02
Letras (noturno)	Rio Preto	02
Matemática (Lic./not)	Bauru	10
Medicina Veterinária	Botucatu	05
Serviço Social (mat.)	Franca	10





Luz Augusto Ribeiro

DIA-A-DIA
Ana Silvia:
campanhas em
áreas como saúde
e ecologia

Sintonia inteligente

Novos projetos diversificam programação da Rádio UNESP, investindo em serviço, notícia e cultura

De olho na exigência dos ouvintes, a Rádio UNESP FM do câmpus de Bauru tem promovido uma série de reformulações em sua programação. O objetivo é oferecer ao público da cidade programas específicos que atendam aos mais variados gostos musicais. A diretora da rádio, Ana Silvia Médola, do Departamento de Comunicação Social da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC), câmpus de Bauru, responsável por essa mudança, afirma que a intenção é incrementar a rádio com novos produtos ao longo do ano. Aproveitando as comemorações dos 20 anos da Universidade e o centenário da cidade de Bauru, serão produzidos programetes especiais, com duração de cerca de um minuto, que mostrarão a evolução da UNESP ao longo de sua existência e discutirão os problemas do dia-a-dia da cidade.

Além desse projeto, a coordenação da rádio pretende dar continuidade às campanhas de conscientização em áreas como saúde e ecologia. Os problemas na rede elétrica da

região, ocasionados por queimadas nos canais dos arredores de Bauru, são citados por Ana Silvia como exemplo que justifica esse trabalho: "Vamos atuar junto aos produtores rurais, insistindo para que eles controlem melhor as queimadas", diz. Dentro desse projeto, a participação de professores da Universidade será intensificada em programas especiais, como "Jornalismo Científico", que será produzido e apresentado pelo professor Ricardo Alexino, do Departamento de Comunicação Social da FAAC, visando principalmente a divulgação da produção científica da UNESP e de outras universidades.

ATENDENDO AOS OUVINTES

Os amantes do violão terão um espaço garantido nas tardes das sextas-feiras. O programa "Violões", feito por Murilo César Soares, do Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Ciências (FC), divulgará os mais variados gêneros musicais, as diferentes interpretações e as sonoridades possíveis do instrumento. Os alunos do curso de Rádio e TV também foram lembrados. Eles produ-

zem "Rock", programa semanal que vai ao ar nas tardes de sábado, sempre com uma hora de duração.

A Rádio UNESP procura consolidar ainda mais o seu perfil de divulgadora de boa música. "Temos 30 programas semanais, que contemplam vários gêneros musicais, como erudito, MPB, folclore e instrumental", lembra Mário Moraes, coordenador de programação da rádio. Além disso, outros programas mostrarão compositores de épocas passadas. E, como não podia faltar numa rádio universitária, a UNESP FM coloca no ar, diariamente, a partir das sete horas, flashes das principais notícias. Às oito horas entra o jornal "Primeira Notícia", com informações mais completas.

Fundada em 1990, a Rádio UNESP FM faz parte do Centro de Rádio e TV Cultural e Educativa da Universidade. Com um raio de 80 quilômetros de alcance, tem como objetivos principais a prestação de serviços e o desenvolvimento de pesquisas na área de radiodifusão. "É uma forma de aperfeiçoamento didático e profissional dos alunos do curso de Rádio e Televisão", pondera Ana Silvia.

Fez-se justiça

Assassinos de aluna são condenados a 28 anos de prisão

Foi um dos julgamentos mais longos da história do Fórum de Araraquara. Após seis horas de depoimentos, acusações e defesas, Devanildo Tavares dos Santos, 20 anos, e Renato Borges, 21 anos, os assassinos de Alaíde Aparecida Kuranaga, que era estudante de Economia da Faculdade de Ciências e Letras (FCL) do câmpus de Araraquara, foram condenados, por unanimidade, a 28 anos de prisão. As sentenças foram proferidas às 3 horas da madrugada do último dia 24 de abril. O crime pelo qual Devanildo e Renato estavam sendo julgados aconteceu na noite de 10 de abril de 1995, em um terreno baldio próximo à moradia estudantil da UNESP, no bairro Quitandinha, na periferia da cidade. Alaíde, então com 21 anos, voltava para casa, após estudar com colegas da faculdade. Depois de ser atacada e violentada, foi morta com um tiro nas costas, quando tentava fugir.

"Alaíde não voltará mais ao nosso convívio, mas o crime não ficou impune e estamos satisfeitos com este resultado", declara Vera Marisa Miranda Costa, do Departamento de Economia da FCL, que acompanhou de perto o caso e esteve presente no julgamento. O assassinato não chocou apenas a comunidade universitária. A população da cidade, sensibilizada com o



SENTENÇA
Vera Marisa: sem impunidade

fato, solidarizou-se com os estudantes, professores e funcionários da UNESP e, desde então, tem se mobilizado em campanhas contra a violência. No último dia 10 de abril, por exemplo, os alunos da FCL organizaram o ato público "Caminhada contra a violência e pela vida", marchando pelas ruas do centro da cidade até a igreja matriz de São Bento. "O crime contra Alaíde não é um fenômeno isolado", comenta Fábio Luiz Peres Miguel, 21 anos, quartoanista de Economia e ex-colega da jovem. "É mais um exemplo de que a violência tem crescido em nossa cidade e, às vezes, não nos damos conta disso."

Os criminosos foram condenados a 16 anos, por homicídio, e a 12, por estupro. O advogado de defesa, Cezar de Freitas Nunes, quer um novo julgamento, com um júri "mais técnico e menos emocional". Nunes espera que as penas não sejam consideradas separadamente. Neste caso, como prevê a lei, eles teriam a oportunidade de um novo julgamento, por terem sido punidos com mais de 20 anos de detenção. Dois menores de idade, acusados por Renato Borges como cúmplices no crime, já haviam sido anteriormente inocentados. Acredita-se que haja ainda um terceiro rapaz envolvido no crime, sobre o qual não há informações.

RESUMO

CURSINHO GRATUITO

Sete alunos da Faculdade de História, Direito e Serviço Social (FHDSS) do câmpus de Franca deixaram momentaneamente sua condição de estudante e se transformaram em professores. Pensando nas dificuldades encontradas por alunos carentes face às despesas de um cursinho pré-vestibular, montaram, na faculdade, um curso para atender a esse contingente. No total, 60 alunos participam das aulas de Português, Literatura, Redação, História e Geografia, exigidas em Humanas. As aulas, que começaram no final de março, acontecem aos sábados à tarde e prosseguem até o final do ano. "Enquanto ajudamos colegas a chegarem a uma universidade, vamos recordando algumas lições esquecidas", afirma César Muta Neves, 21 anos, quartoanista de Direito e um dos coordenadores do cursinho.

LITERATURA ITALIANA

De Dante a Calvino, de Leopardi a Moravia, a Itália abrigou, ao longo da sua história, alguns dos maiores gênios da literatura mundial. Há algum tempo, estes, e muitos outros incomparáveis escritores italianos, têm tido suas obras publicadas, analisadas e resenhadas em *La Ricerca (A Pesquisa)*, revista bilingue editada pelo Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Ciências e Letras do câmpus de Araraquara. Inicialmente apenas um informativo, com o tempo ganhou o formato de revista e colaboradores ilustres. Editada por Sérgio Mauro, professor de Língua e Literatura Italiana da FCL, tem em sua Comissão de Redação Alfredo Bosi, David Pereira e Marcos Murad. A edição de nº 10 traz, entre outros, textos inéditos de Antonio Tabucchi. A próxima edição de *La Ricerca* será inteiramente dedicada a Eugenio Montale, Prêmio Nobel de 1981, de quem se comemora cem anos de nascimento. Para conseguir a revista, que tem periodicidade semestral e é gratuita, basta escrever para Faculdade de Ciências e Letras — UNESP, Rodovia Araraquara-Jaú, km. 1. CEP 14800-901. O fax da redação, em São Paulo, é (011) 578-8466.

COMBATE ÀS DROGAS

Até que ponto o relacionamento familiar pode ou não estimular o jovem a se aventurar no mundo das drogas? Esta questão será o tema central da segunda etapa do I Ciclo de Palestras organizado pela equipe do Programa de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas/ Dependência Química da Reitoria da UNESP. As palestras, a cargo da psicóloga Milena Baltruna de Mello, acontecerão nos dias 26 e 27 de junho, no auditório do Conselho Universitário, na Reitoria, em São Paulo. O ciclo, iniciado em abril último, continuará nos dias 28 e 29 de agosto e abordará o papel da empresa na prevenção às drogas. Outras informações, pelo telefone (011) 252-0345 ou 252-0340.

TESES COM ESTILO

Criada a partir da necessidade de se ordenar e padronizar os textos das 19 revistas científicas e dos livros publicados pela Universidade, a Editora UNESP lançou, em agosto de 1994, na 13ª Bienal Intemacional do Livro, com grande sucesso, os três primeiros volumes da coleção *Normas para Publicações da UNESP*. A coleção prossegue agora com o lançamento do volume 4, *Dissertações e Teses — Do trabalho científico ao livro* (93 págs.; R\$ 8,00). A publicação atende particularmente à necessidade de padronização dos trabalhos originais de autores da Universidade, bem como de outras instituições nacionais ou internacionais. Para a editora-assistente Maria Aparecida Marcondes Bussolotti, coordenadora da coleção, a boa aceitação das obras deve-se, sobretudo, à maneira clara e objetiva com que são pensadas. "Quem está escrevendo não pode parar por muito tempo", resume. A coleção prossegue com os lançamentos, ainda neste ano, dos volumes 5, *Currículos*, e 6, *Do texto oral ao escrito*.

CÂMPUS AVANÇADO

Em março último, a UNESP firmou convênio com as Prefeituras de Presidente Epitácio e Rosana para o estabelecimento, ainda neste ano, de um câmpus avançado no Pontal de Paranapanema, extremo Oeste paulista. Inicialmente, o câmpus, antiga reivindicação de prefeitos das cidades da região, terá duas sedes, uma em cada um desses municípios. "O câmpus no Pontal será uma base avançada de pesquisas, treinamentos de professores e alunos e de atendimento à comunidade", prevê o diretor da Faculdade de Ciências e Tecnologia do câmpus de Presidente Prudente, Alvanir de Figueiredo, que sempre se bateu pela idéia. O câmpus avançado do Pontal de Paranapanema vem se somar a dois outros projetos similares, mantidos pela UNESP em Capão Bonito e em Eldorado.

No tom exato do maestro soberano



Monica Richter

CAFÉ JAM
O grupo do IA participa do CD: qualidade

A escolha não poderia ter sido mais acertada. Ao prestar este tributo ao "maestro soberano" Tom Jobim, a UNESP homenageia, na esteira das comemorações de seus 20 anos, um dos mais completos e talentosos músicos que o País já conheceu. Só por esta razão a homenagem já se justificaria. Mas, além de emocionar com um repertório irretocável, o CD *20 Anos: UNESP* revela ainda uma faceta pouco conhecida do compositor carioca, falecido em dezembro de 1994: a preocupação dele com o ensino da música no Brasil. Convidado pelo então secretário estadual da Cultura de São Paulo, Fernando Moraes, idealizador da Universidade Livre de Música — que hoje funciona no prédio da Oficina Cultural Oswald de Andrade, no Bom Retiro —, Tom foi seu primeiro reitor.

Sandoval Nassa, diretor geral do projeto e responsável pela Agência UNESP de Notícias, acredita que a preocupação de Jobim com o ensino musical se deve à existência de muitos instrumentistas no Brasil sem acesso às escolas oficiais: "As boas instituições públicas oferecem poucas vagas e as particulares são caras", analisa.

QUALIDADE E CRIATIVIDADE

Composto de 12 faixas, o CD teve a produção executiva de Carlito Cabrera e a direção artística de Carlos Kaminski, diretor do Programa de Atividades Culturais da Pró-Reitoria de Extensão Universitária e Assuntos Comunitá-

rios da UNESP e regente da Orquestra de Câmara da UNESP. A escolha do repertório ficou a cargo de Kaminski, que elegeu as belíssimas *Lúcia, Luísa, Gabriela e Angela*, as amadas do soberano, e *Chovendo na Roseira, Wave, Esperando Você, Cai a Tarde, Triste, Fotografia, Passarim e Samba do Avião*. O regente se diz surpreso com a qualidade dos arranjos e a criatividade dos músicos e fala da dificuldade na escolha das composições: "Fiquei preocupado em fazer alguma coisa nova, porque já disseram tudo sobre o Tom. Daí, optei por escolher só as criações dele, sem parceria. Isso nos livrou de uma grande dificuldade: correr atrás dos direitos autorais de seus parceiros, hoje nas mãos de várias gravadoras estrangeiras". A família Jobim cedeu graciosamente os direitos autorais. Dois grupos participam da execução das músicas: o quinteto Café Jam, formado por alunos do Instituto de Artes (IA) do campus de São Paulo, e a Orquestra de Câmara da UNESP, composta de nove integrantes, e mais o pianista Hilton Valente, ex-professor do IA.

O CD, que trará encarte com histórico das músicas, de Tom e da UNESP, foi gravado no Estúdio Gente, Som e Imagem, em São Paulo, e a capa criada pela empresa Idéia Visual. O lançamento ocorrerá no final de junho, com um show. *Tom Jobim: 20 Anos UNESP* terá uma tiragem de duas mil unidades e será distribuído gratuitamente.

TEATRO

D. Casmurro no palco

Foi um desafio e tanto. Afinal, reconhecer-se, arrancar Capitu, Bentinho e Escobar das páginas de um dos mais absolutos clássicos da literatura brasileira, *Dom Casmurro*, e lançá-los aos palcos teatrais, não é tarefa das mais simples. Sobretudo quando se sabe que muita gente boa fracassou antes na empreitada. A migração desses imortais personagens machadianos da literatura para o teatro começou no final do ano passado, quando o ator Vicentini Gomes reencontrou a jornalista e dramaturga Marici Salomão, assessora de imprensa da Reitoria da UNESP. "Meu sonho era comemorar 20 anos de carreira com a dramatização deste clássico de Machado de Assis", lembra Gomes. Em busca de um caminho que evitasse as armadilhas que enredaram outras adaptações, Gomes e Marici chegaram a Maria Augusta Ribeiro, professora do Departamento de Educação no campus de Rio Claro e autora de duas teses sobre a obra de Machado de Assis.

E foi justamente inspirada no teor dessas teses que Marici optou pelo que chama de "inversão dos acontecimentos em Casmurro". "Ao contrário do livro, a peça começa com a tragédia e termina com a felicidade do primeiro beijo", descreve. "Além de trazer maior força dramática, esse recurso permite que o público saia do teatro com uma boa impressão do amor e da ternura entre os amantes, como diz o próprio Casmurro". Não por acaso, a peça recebeu o nome *O Princípio do Aveso — Dom Casmurro*. Para chegar a essa versão, Marici, sempre assessorada por Gomes e Maria Augusta, escreveu antes dois outros textos. "Mesmo esta terceira versão, concluída em janeiro último, não pode ser considerada definitiva", ela adverte. "Prefiro considerar essa

experiência um processo aberto, que poderá sofrer mudanças de acordo com as reações e avaliações do público".

PÚBLICO ADOLESCENTE

O romance, como se sabe, foi escrito em 1899 e focaliza o adultério, tema recorrente na obra de Machado de Assis (1839-1908). Na trama, o escritor carioca centra suas atenções no personagem Bentinho, um homem atormentado por acreditar-se traído pela esposa, Capitu, e pelo melhor amigo, Escobar. Na peça, em um ato e com duração de pouco mais de uma hora, Vicentini Gomes, que também é mímico e especializado em espetáculos solo, vive seis personagens. "O que se vê nos palcos é uma adaptação brilhante de Marici Salomão e um show de Vicentini Gomes", entusiasma-se Maria Augusta. A pesquisadora fala com conhecimento de causa. Amante "desde sempre" do escritor, defendeu, em 1981, a tese de mestrado "O teatro oculto na ficção narrativa de Machado de Assis: o caso da adulteração de um adultério", e, em 1989, o doutorado "Machado de Assis: um teatro de figuras controversas", ambas na USP, com orientação de Jacob Guinsburg.

Escrito e montado de olho no público adolescente a que se destina, *O Princípio do Aveso — Dom Casmurro* tem direção de Antonio do Valle, estreou em março último, em São Paulo, e começa agora a viajar pelo Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e interior de vários Estados. "Da forma como é apresentada, a peça estimula a leitura do romance", acredita Gomes. "E esse é um dos nossos objetivos: aproximar alunos do 2º grau e universitários não só da obra machadiana, mas da melhor literatura brasileira."

ÁGUAS S. PEDRO

● 27 a 31/5. IV Congresso Estadual Paulista sobre **Formação de Educadores**. Dirigido a pesquisadores da área de Educação, professores universitários e do ensino básico. Haverá seminários temáticos, sessões de comunicações, conferências e mesas-redondas. Coordenação da Pró-Reitoria de Graduação (Prograd). No Grande Hotel São Pedro. Informações (011) 252-0250.

ARAÇATUBA

● 23 a 25/5. XVI **Jornada Acadêmica** de Araçatuba. Evento anual, reúne 500 participantes, entre alunos, docentes e profissionais da área de Odontologia, que apresentam trabalhos de pesquisa. No dia 25, das 8h às 18h, haverá o curso "Implantes osseo-integrados. Fundamentos e prótese", por Salvador B. Jaef e Ricardo Asenjo (Argentina). Promoção da Faculdade de Odontologia (FO). Das 8h às 18h. No Senac (Av. João Arruda Brasil, 500, Araçatuba). Informações (018) 624-5555, ramal 134.

ARARAQUARA

● 31/5. Último dia de inscrição para o curso de especialização **Endodontia**. A seleção acontece em 10/6. O curso começará em agosto. Quinzenalmente, às quintas e sextas-feiras, das 8h às 22h. Na Faculdade de Odontologia (FO). Informações (016) 232-1233, ramal 136, na Fundação Araraquarense de Ensino e Pesquisa em Odontologia (Faepo).
● 4, 11, 18 e 25/6. **Projeto Sênior**. Dia 4, "Hipertensão arterial, causas e

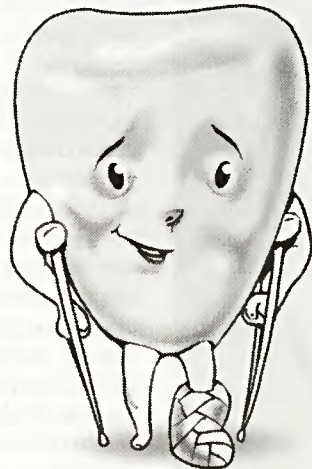
complicações", por Maurício Z. Nogueira; "Diabetes, aspectos gerais: cuidados e prevenção", por Maria T. Pepato. Dia 11, "Cuidados com o uso de medicamentos", por José F. Bueno; "Aids. Informações gerais", por Antonio C. Pizzolitto. Dia 18, "Importância para a saúde do consumo de produtos fermentados", por Elizeu A. Rossi; "Cuidados no manuseio de alimentos", por Maria T. Pepato. Dia 25, "Doenças infecciosas", por Antonio C. Pizzolitto; "Inimigos do coração. Cuidando de sua saúde", por Regina Vendramini. Das 14h às 19h. Na Faculdade de Ciências Farmacêuticas (FCF). Informações (016) 232-0200, ramal 211.

● 10 a 14/6. XII Semana de Estudos de Ciências dos Alimentos. Palestras e cursos sobre o tema, com especialistas da UNESP e de outras instituições do Brasil. Das 8h às 18h. Na FCF. Informações (016) 232-0200, ramal 271.

● 15/6. Último dia de inscrição para o curso de atualização para **Auxiliares Odontológicas — Nível ACD**. O curso, entre 12/6 e 6/12, será teórico e prático sobre atividades de recepcionista, instrumentadora, uso do computador, documentação, montagem de bandejas. Até agosto, às sextas-feiras e sá-

bados. A partir de agosto, junto com o curso de Clínica Geral, quinzenalmente, às sextas-feiras. Das 8h às 18h. Na FO. Informações (016) 232-1233, ramal 136, na Faepo.

● 18/6. Curso de atualização **Emergências Médicas em Consultórios Odontológicos**. Por Rosalin Abbud e Reinaldo Bonfá e equipe. Das 19h às 23h. Na FO. Informações (016) 232-1233, ramal 136, na Faepo.



● 29/6. Último dia de inscrição do curso de especialização em **Periodontia**. A seleção para o curso, que começa

dia 1/8 e terá duração de 14 meses, será dia 3/7. Às sextas, das 8h às 18h, e, aos sábados, da 8h às 12h. Na FO. Informações (016) 222-7040, na Faepo.

● 29/6. Último dia de inscrição para o curso de atualização **Capacitação Profissional e Implantes Ósseos Integrados**. No programa, anatomia dos maxilares, fisioterapia do tecido ósseo, planejamento dos implantes. Com laboratório e clínica. De julho a dezembro. Na FO. Informações (016) 222-7040, na Faepo.

● 29/6. Último dia de inscrição para o curso de atualização **Typodont**. Teórico e prático. Em julho. Na FO. Informações (016) 232-1233, ramal 136, na Faepo.

● 30/6 a 13/7. Curso de extensão **Corrosão Microbiana**. Teórico e prático. Entre os temas, fundamentos de Microbiologia Industrial, uso de biocidas e microscopia. Das 9h às 17h. No Instituto de Química (IQ). Informações (016) 232-2022, ramais 147 e 123.

ASSIS

● 30/5 e 27/6. **Saúde na Terceira Idade**. Minicurso do programa UNESP Aberto à 3ª Idade. Os professores serão profissionais da área de Saúde de Assis.

A partir das 13h30. Na Faculdade de Ciências e Letras (FCL). Informações (0183) 22-2933.

BOTUCATU

● 28 e 29/5. Curso de **Emergência Toxicológica**. Ministrado por Chantal Bismuth (Univ. de Paris). Das 14h30 às 19h30. No Instituto de Biociências (IB). Informações (014) 821-3048, 821-3116 ou 821-2121, ramais 2017 e 2034.

● 30/5. Curso de Aplicação Analítica em **Toxicologia e Saúde Ocupacional**. Das 8h30 às 11h30, "Validação de métodos em análises que utilizam as técnicas de cromatografia a gás e cromatografia líquida", por Marco A. de Macedo; das 14h30 às 17h, "Inovações para as técnicas de absorção atômica e espectrometria de plasma em análises toxicológicas", por Luiz R. Bizaio. No IB. Informações (014) 821-3048, 821-3116 ou 821-2121, ramais 2017 e 2034.

● 30/5 a 1/6. X Jornada Científica de **Toxicologia**. Dia 30, às 20h, "Antídotos em intoxicação", por Chantal Bismuth (Univ. de Paris). Dia 31, das 8h30 às 9h45, "Iatrogênese medicamentosa", por Juang Jorn Jugh; das 10h15 às 11h30, "Neurotoxicidade", por Igor Vassilief; das 14h30 às 16h, "Acidentes por peçonhas", por Rita de C. Higa; das 16h30 às 18h, "Atividades tóxico-farmacológicas de frações de venenos de cascavel", por Vera Vassilief; das 19h30 às 22h30, "Carcinogênese por produtos químicos", por João L. de Camargo. Dia 1/6, das 9h às 12h, apresentação de trabalhos. No IB. Informações (014) 821-3048, 821-3116 ou 821-2121, ramais 2017 e 2034.

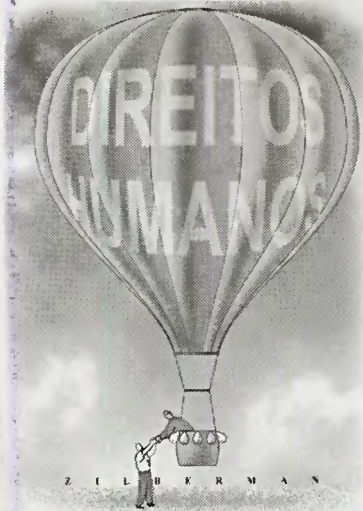
● 14 e 15/6. 2º Workshop de **Plantas**



Medicinais. Dia 14, às 9h30, "Aplicações clínicas da clorofila", por Milton Hida; às 14h, mesa-redonda "Conservação, manejo e legislação de extração de plantas medicinais"; às 16h30, "Plantas como novas ferramentas na psicoterapia", por Nili Sneh (Univ. Telavive). Dia 15, às 8h30, "Jardim Etnofarmacobotânico de Salvador", por Fábio P. Bandeira; às 11h, "Reserva extrativista Chico Mendes - Acre", por Lin Chau Ming; às 14h, mesa-redonda "Programas municipais de fitoterapia". No IB. Informações (014) 821-2121, ramal 2255.

FRANCA

- 28/5. Encontro de **História Oral**. Conferência, seminário e mesa-redonda, com especialistas da UNESP, USP, UNB e PUC/SP. Das 9h às 22h. Na Faculdade de História, Direito e Serviço Social (FHDSS). Informações (016) 722-6222
- 3 a 5/6. I Encontro Interdepartamental de Difusão Cultural "**Direitos Humanos, Cultura e Cidadania**". Em destaque, a instalação do Núcleo de Estudos dos Direitos do Homem, Cultura e Cidadania, junto ao Centro Jurídico Social da FHDSS. Na FHDSS. Das 20h às 23h. Informações (016) 722-6222, ramal 30.



GUARATINGUETÁ

- 17 a 28/6. Período de inscrição para os exames de seleção dos cursos de pós-graduação de vagas remanescentes para **Engenharia Mecânica** (mestrado, em Transmissão e Conversão de Energia e Projetos e Materiais; e doutorado, em Transmissão e Conversão de Energia) e **Física** (mestrado, em Física de Plasma). Na Faculdade de Engenharia (FE). Informações (0125) 22-2800.
- 28 a 30. **XXXII Conselho Nacional da Andes (Conad)**. Realizado pela Adunesp Central e pela Adunesp Regional no Clube dos 500. Informações (0125) 22-2800.

ILHA SOLTEIRA

- 27 a 31/5. **Comando e Proteção em Baixa Tensão**. Curso de extensão universitária dirigido a profissionais e estudantes da área. No Laboratório de Engenharia Elétrica da Faculdade de Engenharia (FE). Das 8h às 18h. Informações (018) 762-2125, ramal 21.
- 27 a 31/5. **Manutenção Preventiva de Pontes e Pórticos**. Curso de extensão oferecido para técnicos e engenheiros da CESP, docentes e funcionários da FE. Das 8h às 18h. No Departamento de Engenharia Mecânica da FE. Informações (018) 762-3113, ramal 138.
- 28/5 a 5/6. **Eletrônica Digital II**. Das 8h às 16h. Curso de extensão dirigido a profissionais e estudantes. No Laboratório de Engenharia Elétrica da FE. Informações (018) 762-2125, ramal 21.
- 11 a 19/6. **Introdução ao Controle Automático**. Curso de extensão dirigido a profissionais e estudantes. Das 8h às 18h. No Laboratório de Engenharia Elétrica da FE. Informações (018) 762-2125, ramal 21.
- 17 a 28/6. **Compressores, Bombas e Sistemas de Ar Comprimido**. Curso

Seguura, peão!

Vem aí o 13º Rodeio Universitário

Entre os dias 23 e 26 de maio, 50 estudantes universitários, a maioria deles vinculada à Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias (FCAV), câmpus de Jaboticabal, trocarão os estáveis bancos escolares por corcovantes lombos de cavalos e touros enraivecidos. Eles têm um encontro marcado no 13º Rodeio Universitário, evento que se repete anualmente, desde 1985, e já se tornou tradicional na cidade. "Começamos como uma brincadeira para integrar os alunos da faculdade, que montavam bois em uma arena erguida no nosso Centro de Convenções", lembra o organizador do encontro, Renato Silva Bavaresko, 23 anos, recém-formado em Agronomia. "Hoje, o rodeio é respeitado em todo o País, a ponto de ser uma das mais disputadas etapas do Circuito Nacional do Rodeio Universitário, realizado desde 1992 em 20 faculdades brasileiras ligadas a cursos das áreas agrárias."



COWBOY
Alunos da FCAV provam que também são afiados na arena

A competição é o ponto alto

do I Saloon Cowboy Way, que começou dia 28 de abril com uma série de eventos, como bailes, cervejadas e shows de música sertaneja. Desta vez, o rodeio acontecerá no clube Pioneiros da Sela, no centro de Jaboticabal. Para participar, o cowboy deve ser ranqueado no Circuito ou realizar uma prova qualificativa. Não é necessário ser estudante da área. "Quem já participou do rodeio em anos anteriores pode competir novamente, mesmo se já tiver concluído seu curso", frisa Bavaresko, que também é um dos coordenadores do Circuito Nacional. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (016) 322-3707.

de extensão oferecido para técnicos e engenheiros da CESP, docentes e funcionários da FE. Das 8h às 12h. No Departamento de Engenharia Mecânica da FE. Informações (018) 762-3113, ramal 138.

- 24 a 28/6. Período de inscrição para o curso de extensão **Reprodução e Inseminação Artificial**. Entre 1 e 5/7, é dirigido a proprietários, administradores e trabalhadores rurais, estudantes e técnicos agrícolas. No Departamento de Zootecnia da FE. Das 8h às 12h. Informações (018) 762-3113, ramal 195.

JABOTICABAL

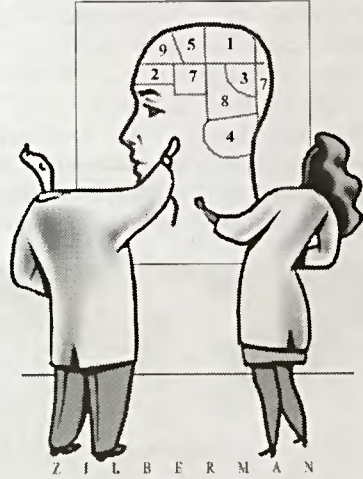
- 22 a 24/5. **Alimentação de Peixes**. No programa, importância dos alimentos naturais, alimentação durante a larvicultura, métodos, necessidade nutricional, dietas, processamento e manejo de rações. Das 9h às 18h. Na Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias (FCAV). Informações (016) 323-1322, ramais 224 e 230, na Fundação de Estudos e Pesquisas em Agronomia, Medicina Veterinária e Zootecnia (Funep).
- 28 e 29/5. **Criação de Avestruzes e Emas**. No programa, legislação, técnicas na produção de avestruzes em criadouro, aspectos de uma fazenda de emas no Uruguai, alimentação, doenças e tecnologia do aproveitamento da pele. Das 8h às 18h. Na FCAV. Informações (016) 323-1322, ramais 224 e 230, na Funep.
- 30/5. Exposição e escolha da melhor foto do concurso "**Fotografe a FCAV e mostre a beleza que ela tem**". Promoção do Diretório Acadêmico "Fernando Costa", para a comunidade do câmpus. Na FCAV. Informações (016) 322-2877.
- 30 e 31/5. Técnicas de **Processamento de Peixes**. No programa, composição e deterioração de pescados, higiene, legislação, congelamento, salga, defumação e aproveitamento de resíduos do processamento. Das 8h às 18h. Na FCAV. Informações (016) 323-1322, ramais 224 e 230, na Funep.
- 1/6. Compostagem e Vermicompostagem no **Tratamento de Lixo**. No programa, problemática do lixo urbano, tratamento de lixo, agricultura e compostagem. Das 8h às 18h. Na FCAV. Informações (016) 323-1322, ramais 224 e 230, na Funep.
- 13 a 14/6. **Qualidade da água para Aqüicultura**. No programa, Limnologia, ciclo hidrológico, comunidades biológicas e plâncton. Das 8h às 18h. Na

FCAV. Informações (016) 323-1322, ramais 224 e 230, na Funep.

- 17 a 19/6. **Curso de Migdolus**. No programa, posição taxonômica, centro de origem, biologia e controle. Das 8h às 12h; sábado, das 8h às 18h. Na FCAV. Informações (016) 323-1322, ramais 224 e 230, na Funep.

MARÍLIA

- 24 e 31/05, 7, 14 e 21/6. Curso de extensão **Documentos, Arquivos e Museus**: Tratamento moderno da informação. Dia 24/05, "Introdução à museologia". Dia 31, "O tratamento da documentação e os arquivos históricos". Dia 7/06, "Obras raras: reconhecimento e preservação". Dia 14, "Informatizando um museu". Dia 21, "Política de preservação de acervos". Na Faculdade de Filosofia e Ciências (FCF). Informações (0144) 33-1844, ramal 119.
- 31/5. Último dia de inscrição para o curso de pós-graduação em Filosofia, área de **Ciência Cognitiva e Filosofia da Mente**. O curso, inédito na UNESP, começa em agosto. Na FFC. Informações (0144) 33-1844.



- 3, 12, 19 e 26/6. **Projeto Sênior**. Dia 3, "Depressão na 3ª Idade", por Adolpho M. de Mello. Dia 12, "O alimento nosso de cada dia", Mônica C. Lofredo Lubrunie. Dia 19, "Mudança de Comportamento", por Maria de Lourdes M. Horiguela. Dia 26, encerramento. Às 14h. Na FFC. Informações (0144) 33-1844, ramal 119.
- 11 a 13/6. II Jornada de **Educação Especial**. Especialistas da UNESP e de outras instituições abordarão, entre os temas, o atendimento educacional aos portadores de deficiências, educação sexual, orientação familiar, atendimento ao deficiente visual e integração social

na pré-escola. Dia 11, das 20h às 22h, e dias 12 e 13, das 8h às 22h. Na FFC. Informações (014) 433-1844, ramais 177 e 195.

- 19 a 21/6. I Simpósio Nacional **Universidade-Empresa** Sobre Participação e Autogestão. Dia 19, às 20h30, mesa-redonda "A experiência de auto-administração das universidades públicas". Dia 20, às 8h30, "Configuração organizacional das empresas autogeridas"; às 14h30, "Gênese das organizações autogeridas"; às 20h, "Vivência da fábrica". Dia 21, às 8h30, "As relações institucionais da organização autogerida"; às 14h30, "Educação formal, educação política e empresa autogerida". Na FFC. Informações (0144) 33-1844, ramais 177 e 195.

P. PRUDENTE

- 29/5. Último dia de inscrição para o curso **Equoterapia** - Tratamento Complementar na Lumen et Fides. Dias 31/5 e 1/6. Para profissionais e alunos da área de reabilitação. Das 8h às 20h. No Anfiteatro II da Faculdade de Ciência e Tecnologia (FCT). Informações (0182) 21-1076.
- 25 e 26/6. Assistência e Tratamento de **Hemiplegia em Adultos**. Conceito Bobath, Enfoque Ombro. Profissionais e alunos de Fisioterapia. Das 8h às 17h30. Na FCT. Informações (0182) 21-1076.

RIO CLARO

- 21/5; 4, 11, 18 e 25/6. Seminários de **Matemática e Educação Matemática**. Em maio, dia 21, "Percepção de professores de Matemática de seu próprio desenvolvimento", por Altair Pollettini. Em junho, dia 4, "O teorema de Fermat", por Nelo da S. Allan; dia 11, "Modelagem matemática: retrospecto e perspectiva", por Job M. de Souza Jr.; dia 18, "A pesquisa em resolução de problemas no Brasil, nos EUA e em Portugal", por Silvanio de Andrade; dia 25, "O desenvolvimento dos conceitos de acordo com Vygotsky", por Leonardo Paulovich. Às 14h. No Departamento de Matemática do Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE). Informações (0195) 34-0123.
- 24/5. Último dia da exposição **200 Anos von Martius — O Viajante**. Mostra sobre o pesquisador alemão Karl Frederich Philipp von Martius, um dos primeiros a aplicar estudos sobre fitoge-

ografia no Brasil, no século XVIII. Na sala de reuniões do Instituto de Biociências (IB). Informações (0195) 34-0244.



S. J. RIO PRETO

19 e 28/6. **Orthogonal Functions, Moment Theory, Padé Approximants and Applications**. Pesquisadores do Brasil, dos EUA e da Europa abordarão o tema que relaciona aplicações em análise numérica, funções especiais, redes elétricas e processamento de sinais. Promoção do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (Ibilce). Das 8h às 20h. No Hotel Solar das Andorinhas (Campinas). Informações (017) 224-4966.

● 23 e 24/5. 41ª Reunião Anual da Região Brasileira da **Sociedade Internacional de Biometria (RBRAS)**. O simpósio contará com especialistas convidados da USP, UFMG e Fundação Getúlio Vargas, além de John Hinde (Inglaterra) e Mariza de Andrade (EUA). Entre os temas, segregação e ligação em genética humana, teste estatístico no planejamento do ensaio e análise de dependência. Haverá uma mesa-redonda — "Uso da estatística pelas empresas multinacionais". Das 8h às 18h. No Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (Ibilce). Informações (017) 224-4966, ramal 232.

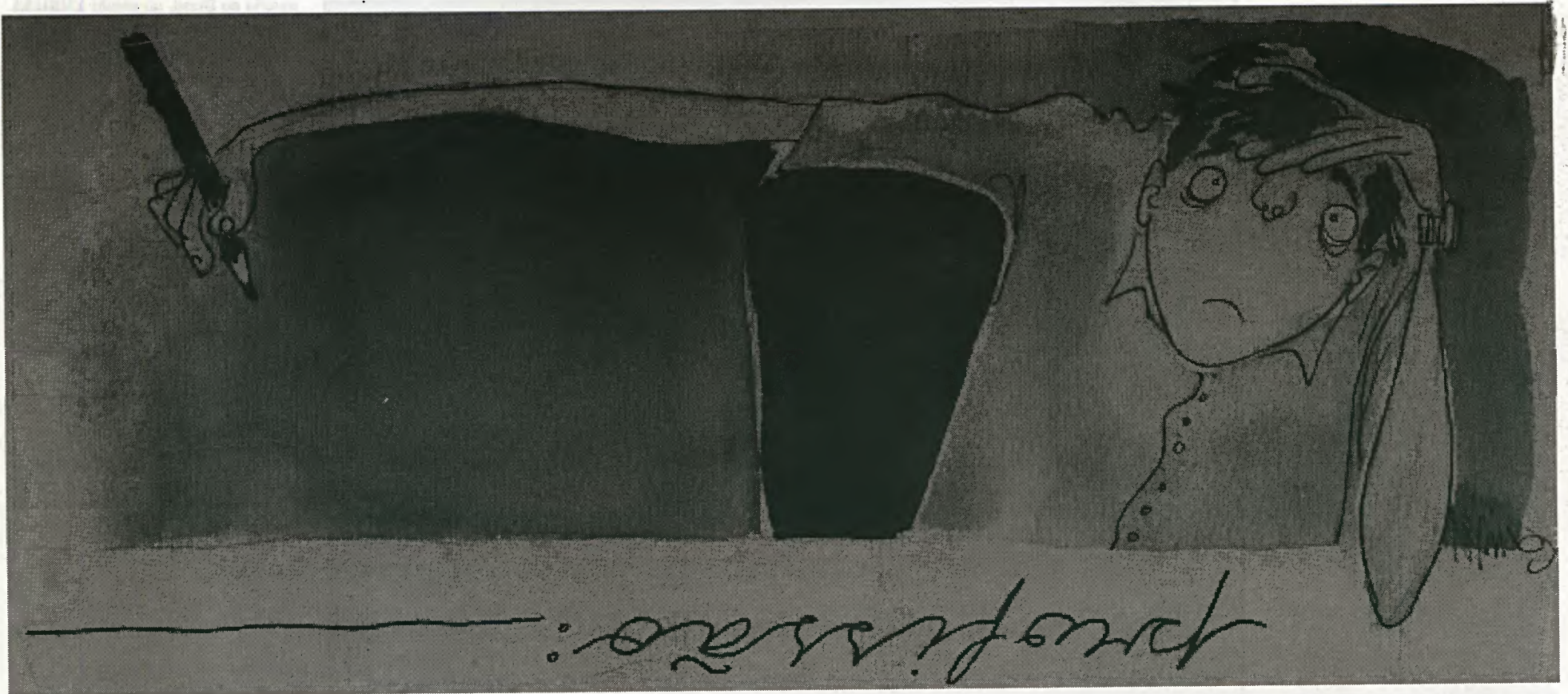
S. J. CAMPOS

- Maio. Início das inscrições para o 4º Congresso Brasileiro e a 22ª Jornada Brasileira de **Estomatologia**. Os eventos, acontecerão entre 17 e 20/7. Especialistas do Brasil e do exterior, discutirão temas relativos a doenças de boca, pescoço e cabeça. No auditório da Faculdade de Odontologia (FO). Informações (012) 321-8166, ramais 1112 e 1404.
- 22 e 23/5. V **Festival de Música da FO**. Oportunidade para os alunos mostrarem seus dons musicais. Troféus aos três primeiros colocados. Às 8h30. No auditório da FO. Informações (012) 321-8166.
- Junho. Início das inscrições para o 4º Congresso de **Ex-Alunos da FO** de São José dos Campos - CEAF0. Entre 20 e 22/11. Conferências, workshops e cursos abordarão áreas como Dentística, Endodontia, Prótese, Estética, Pediatria e Radiologia. Das 8h às 18h. Na FO. Informações (012) 321-8166, ramal 1305.

SÃO PAULO

- 12 a 14/6. II Encontro Universitário de **Música Contemporânea da UNESP**. Com alunos e professores da UNESP e de outras instituições do Brasil ligadas à Música. No Instituto de Artes (IA). Informações (011) 274-4733, ramal 232.
- 14/6. **Sarau Mau Dito** (Madrugada Cultural de Poesia). Saraus com poetas, músicos, dançarinos, atores e artistas plásticos. Às 24h. No IA. Informações (011) 274-4733, ramal 211.
- 20/6. Último dia de inscrição para o **XI Concurso Nacional Ritmo e Som da UNESP**. Para jovens compositores, arranjadores, regentes e intérpretes, em composição, arranjo e interpretação. Entre 12 e 13/8. Das 12h às 14h. No IA. Informações (011) 274-4733.





Aprendendo a escolher

Universidade mantém três centros de orientação vocacional para ajudar pré-vestibulandos no difícil momento da opção profissional

No palco improvisado, um grupo de jovens estudantes atua numa dramatização, representando a si mesmos. Os diálogos, as brincadeiras e as gírias próprias da adolescência são o pano de fundo para uma discussão muito, muito séria: o futuro de cada um desses "atores". A trama da "peça" fala, sobretudo, da angústia que costuma cercar os jovens no momento em que têm de optar por uma profissão. Mas resvala para outros temas igualmente delicados: a falta de qualidade do ensino básico, a pressão dos pais na escolha da carreira, os caprichos do mercado de trabalho, a realização financeira e profissional, a própria felicidade. É drama para Shakespeare nenhum botar defeito.

O que se vê no palco é um espelho fiel, sem distorções, da situação vivida pela imensa maioria dos estudantes de 2º grau do País. "Mais de 95% dos jovens chegam ao vestibular sem uma definição sobre que profissão seguir", afirma a pedagoga Maria Beatriz de Oliveira, orientadora vocacional e responsável pela dramatização descrita acima. "Não raro, os alunos mudam a opção em cima da hora, no momento da inscrição, por influência de um colega ou porque ouviram dizer que determinada carreira não está dando dinheiro." Maria Beatriz fala com conhecimento de causa. Coordenadora do Programa de Orientação Vocacional do Centro de Assessoria e Orientação Educativa "Dante Moreira Leite" (Ceao), da Faculdade de Ciências e Letras do câmpus de Araraquara, atende atualmente a 180 jovens, enquanto outros 150 aguardam na fila de espera.

LUGAR ERRADO

Pesquisas sobre evasão escolar nos cursos de graduação realizadas pela UNESP assinalaram índices de até 37% de desistência. "Se se fizer uma pesquisa sobre os motivos dessas desistências, uma das principais causas, se não a principal, será a desorientação do aluno que, ao longo do curso, vai percebendo que está no lugar errado", aposta Maria Beatriz. As conseqüências para esse descompasso não são difíceis de prever: gastos inúteis, vagas desperdiçadas, frustração, vidas truncadas — já que, como apontam várias pesquisas, a maior parte desses jovens não terá uma segunda chance. Isto é, abandonam ali mesmo, e para sempre,

os bancos escolares.

Visando a minimização desse problema, a UNESP mantém, em três de seus câmpus, centros de atendimento a jovens prestes a ingressar numa universidade. Além de Araraquara, os pré-vestibulandos recebem orientação também em Bauru, no Centro de Psicologia Aplicada da Faculdade de Ciências, e em Assis, na Faculdade de Ciências e Letras. "Temos cerca de 60 jovens sob nossa orientação", contabiliza Norma Garbulho, do CPA de Bauru, que inicia este ano um serviço de orientação também para filhos de funcionários da UNESP prestes a ingressarem no primeiro emprego. Em Assis, o coordenador Paulo Motta atende a 120 estudantes. Os três câmpus oferecem sessões grupais de duas horas semanais e algumas sessões individuais, e todos os programas têm duração média de quatro meses. O serviço é inteiramente gratuito.

Egressos de um sistema de ensino geralmente deficiente e vivendo o turbilhão de emoções que costuma cercar a adolescência, a clientela desses programas costuma chegar aos centros de orientação com oito, até dez opções de cursos. "Tem medo de errar na escolha da carreira e chega com uma visão estereotipada das profissões e do mercado de trabalho", avalia Maria Beatriz. Em dúvida

entre a Educação Física, a Psicologia e a Pedagogia, Fernanda Gonzaga da Silva buscou ajuda no Ceao. "Descartei a Educação Física e descobri que poderia conciliar minhas duas outras opções", diz, hoje, aos 24 anos, feliz da vida no quarto ano da Pedagogia de Araraquara. "No ano que vem, vou fazer especialização em Psicopedagogia na USP de Ribeirão Preto", garante.

ANSIEDADE DOS PAIS

Apaixonado pela matemática, Hércules Jorge Almelhatti, 24 anos, não pensou duas vezes para escolher a Geofísica na USP como a carreira de sua vida. Deveria ter pensado. "Logo no segundo ano percebi que não era aquilo que eu queria", admite. Teve, no entanto, melhor sorte que milhares de colegas seus e pôde tentar de novo, desta vez o curso de Odontologia no câmpus de Araraquara. Hoje, às vésperas de se formar, reconhece: "Apesar de desgastante, a nova opção foi positiva, pois posso exercer minhas aptidões para o trabalho intelectual e o artesanal numa mesma profissão".

Com abordagem interdisciplinar nas áreas de pedagogia e psicologia, o programa de orientação vocacional da UNESP atende jovens de 17 a 21 anos, do 3º colegial e cursinho.

Onde e quando se inscrever

FCL — Câmpus de Araraquara:
Rodovia Araraquara-Jaú, Km 1
Tel. (016) 232-0444, r. 125
De 1 a 31 de março

FCL — Câmpus de Assis:
Av. Dom Antonio, s/n
Tel. (0183) 22-2933, r. 148
Março a maio

FC — Câmpus de Bauru:
R. Araújo Leite, Quadra 13, nº 4
Tel. (0142) 34-5440
Informações a partir de janeiro

As atividades são desenvolvidas por uma equipe de voluntários, bolsistas e estagiários do curso de Pedagogia. Além da dramatização, Maria Beatriz usa, no Ceao de Araraquara, técnicas de dinâmica de grupo, trabalho corporal e desenho, buscando a reflexão e o auto-conhecimento. "Com esses recursos, o jovem aprende a descobrir suas habilidades e limitações", sustenta. "Não é uma terapia, mas um espaço educacional que tem efeito terapêutico". A informação, ela assegura, é parte essencial do programa. "O conhecimento das opções é transmitido através de atividades que empregam material impresso e exercícios lúdicos."

Para a pedagoga, a escolha da profissão está sujeita a determinantes internos, como o interesse e a afinidade por certas áreas, e externos, como o mercado de trabalho, a situação financeira, a influência dos meios de comunicação, da sociedade e de um elemento de peso: a família. Sua influência, segundo os especialistas, é tão significativa que criaram, ao lado dos centros de orientação para os jovens, serviços paralelos de atendimento aos pais. "A ordem é trabalhar a ansiedade dos pais, conscientizá-los sobre o momento pelo qual seus filhos estão passando e aconselhá-los a adotar uma 'escuta inteligente'", diz Maria Beatriz. Com ela concorda Norma Garbulho, de Bauru: "Após as sessões, os pais sentem-se mais preparados para ajudar os filhos". Paulo Motta, do CPA de Assis, ao contrário, prefere deixar a família de fora. "É extremamente importante que os jovens possam escolher sozinhos, sem interferências", defende. "O objetivo da orientação vocacional não é a escolha profissional em si, mas a instrumentalização do jovem para que ele aprenda a escolher."

Silvia Negreiros



SE ORIENTE, RAPAZ
Maria Beatriz (atrás, ao centro) e equipe: "escuta inteligente"

Monica Richer